

GIZ

1964, 60 anos

REVISTA DO SINDICATO DOS
PROFESSORES DE SÃO PAULO

DOSSIÊ

As consequências do golpe de 64 para a universidade e para a produção científica brasileira.

HORA-TECNOLÓGICA

Pela regulamentação do tempo de trabalho extraordinário que professoras e professores dispõem com os recursos digitais em rede.

MEMÓRIA VIVA

DARCY RIBEIRO

Resgate de um dos principais nomes da educação e da cultura nacional.

sindicato dos professores de são paulo
Sinpro sp



EDIÇÃO_02
ABRIL/2024
ISSN: 2525-6394

DIRETOR
Celso Napolitano

COORDENADOR EDITORIAL
José Salvador Faro

COORDENADOR DE COMUNICAÇÃO
Chico Bicudo (0025078/SP)

ASSISTENTE EDITORIAL
Karen Ramos - Jornalista responsável (0094586/SP)

DIREÇÃO DE ARTE E DIAGRAMAÇÃO
Alessandro De Toni

CONSELHO EDITORIAL

Daniel De Thomaz
Iberê Moreno Rosário e Barros
Madalena Guasco Peixoto
Maria Elizabeth Vespoli
Milena Buarque
Nancy Casagrande

Neusa Barbosa Bastos
Osvaldo Souza Santos
Patrícia Paixão
Sandra Caballero Chagas
Silvia Celeste Barbara
Thadeu Almeida

A REVISTA GIZ é uma publicação semestral do
Sindicato dos Professores de São Paulo. ISSN : 2525-6394
Os textos assinados não necessariamente refletem a opinião do veículo.

sindicato dos professores de são paulo
Sinpro sp

Rua Borges Lagoa, 208 - Vila Clementino,
São Paulo, SP - CEP 04038-000



Aponte a câmera
do seu celular para o
QR code e acesse:
www.sinprosp.org.br



EDIÇÃO **02**

GIZ

REVISTA DO SINDICATO DOS
PROFESSORES DE SÃO PAULO

- COLABORADORES Quem contribuiu para a nossa
edição número 02. **Pág. 04**
- EDITORIAL Ditadura nunca mais!
CHICO BICUDO **Pág. 07**
- NOSSA CAPA Pixações: resistência e catarse
J. S. FARO **Pág. 08**
- DOSSIÊ O golpe de 1964 e suas consequências
para a universidade e para a produção
científica brasileira.
MILENA BUARQUE **Pág. 10**
- CULTURA Muros pichados, verdades reveladas.
KAREN RAMOS **Pág. 18**
- TRABALHO Hora-tecnológica: docente 30 horas.
SILVIA CELESTE BARBARA **Pág. 24**
- CULTURA Uma janela para o mundo: o papel do
cine-documentário na sala de aula.
PATRÍCIA PAIXÃO **Pág. 30**
- MEMÓRIA VIVA O Brasil de Darcy Ribeiro: Educação
é a revolução. IBERÊ MORENO **Pág. 44**
- MURAL “Revolução dos Cravos”. Portugal, 1974.
SÉRGIO GUIMARÃES **Pág. 56**

SUMÁRIO

COLABORADORES



WILSON GOMES

Professor da UFBA, titular da disciplina Teoria da Comunicação. Atua no programa de pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas na mesma universidade. Coordena o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital.
Editoria Dossiê



JOSÉ SALVADOR FARO

Professor da PUC-SP, mestre em Comunicação pela UMESP e doutor em Jornalismo pela ECA-USP, e assessor cultural do SinproSP.
Editoria Dossiê



RENATO JANINE RIBEIRO

Professor-titular da FFLCH e Professor Honorário do Instituto de Estudos Avançados da USP. Ministro da Educação no governo Dilma Rousseff. Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).
Editoria Dossiê



MADALENA GUASCO PEIXOTO

Professora livre-docente e diretora da Faculdade de Educação da PUC-SP. Coordenadora da Secretaria-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE) e diretora do SinproSP.
Editoria Dossiê



LUIZ ANTONIO BARBAGLI

Professor graduado pela UMC. Vice-presidente do SinproSP.
Editoria Dossiê



MILENA BUARQUE

Jornalista. Mestra em História, Política e Bens Culturais pela FGV CPDOC e especialista em Estudos Brasileiros pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.
Editoria Dossiê



KAREN RAMOS

Jornalista, pós-graduada em Mídia, Informação e Cultura pelo Celacc/USP e assistente editorial da revista GIZ.
Editoria Cultura



SILVIA BARBARA

Professora, graduada pela FFLCH-USP, e diretora do SinproSP.
Editoria Trabalho



PATRÍCIA PAIXÃO

Jornalista, mestre em Comunicação pela UMESP e doutora pela USP, no Programa de Integração da América Latina (PROLAM). Professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie.
Editoria Cultura



IBERÊ MORENO

Mestre em Comunicação pela UMESP, mestre e doutor em História pela PUC-SP. Professor na Universidade Anhembi Morumbi e diretor do SinproSP.
Editoria Memória Viva





No dia 01 de abril de 1964, um golpe militar, com apoio significativo de forças representativas da sociedade civil (imprensa e empresários, por exemplo), mergulhou o país na tragédia de uma ditadura que durou longos vinte e um anos. Foram tempos de perseguições, censuras, fechamento do Congresso, suspensão de eleições, ataques às liberdades, cerceamento de direitos individuais e coletivos, torturas, assassinatos e desaparecimentos de centenas de pessoas que lutaram contra o arbítrio. Foram tempos de muito medo - e ao mesmo tempo de muita coragem, sonhos e resistência.

No mês que marca os 60 anos do golpe, a revista GIZ faz um convite à reflexão. Nosso dossiê especial traz um debate sobre as perversas consequências da ditadura civil-militar para a Educação e a produção científica brasileiras, duramente impactadas pelo obscurantismo de um projeto político que falsa e cinicamente alegava “combater o comunismo” e que trouxe atraso, destruição e silenciamento. Participaram dessa roda de conversa, realizada no auditório do SinproSP, Renato Janine Ribeiro (ex-ministro da Educação e atual presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), Wilson Gomes (professor da Universidade Federal da Bahia), Madalena Guasco Peixoto (professora da PUC/SP e diretora do SinproSP) e José Salvador Faro (professor da PUC/SP e coordenador editorial da Giz). A mediação foi do professor Luiz Antonio Barbagli, vice-presidente do Sindicato. A íntegra do debate pode ser vista no canal do SinproSP no YouTube.

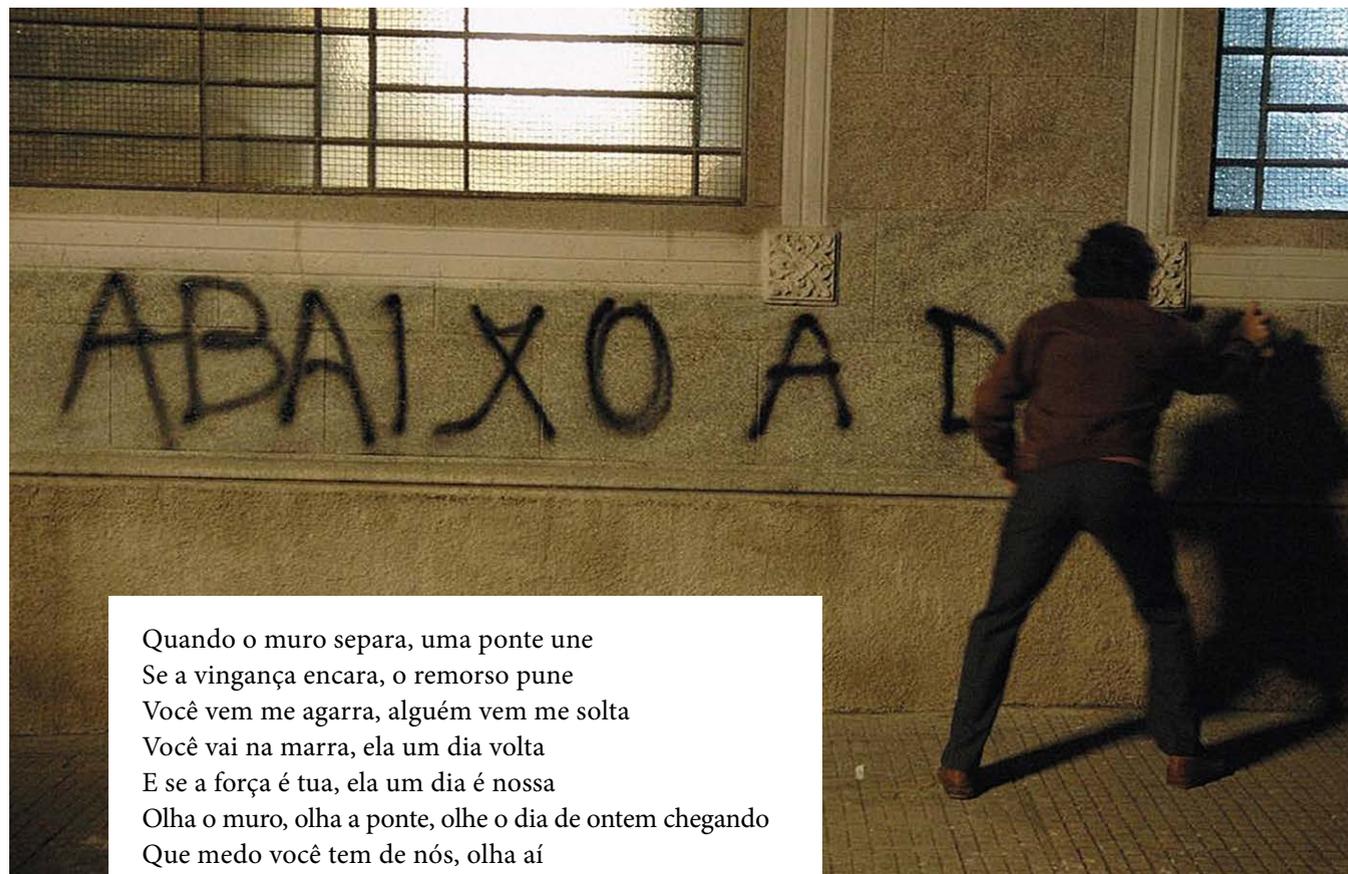
No sentido contrário da recomendação feita pelo presidente Lula a seus ministros e ministras, indicando que “não se deve remoer o passado” (um lamentável erro político), entendemos que o Brasil não será capaz de consolidar de fato sua democracia se insistir no silêncio conivente sobre aquele período histórico. Sem tergiversar: é fundamental que sejam denunciados, punidos e jamais esquecidos os horrores dos anos de chumbo, sobretudo quando se constata, com perplexidade, que parcela da sociedade brasileira, ainda que minoritária, hoje volta a atacar a democracia - e estaria convictamente disposta a apoiar uma outra ditadura. O fantasma golpista ainda nos assombra. Lembrar é resistir. É reexistir. Em nome da Verdade, da Memória e da Justiça. Para que nunca mais. Nunca mais.

Reforçando nosso democrático compromisso de estabelecer diálogo crítico permanente com professoras e professores, nesta edição também publicamos, na editoria “Trabalho”, um artigo sobre a hora tecnológica, pauta fundamental da categoria, diante do avanço insano de tarefas colocadas pelas instituições de ensino, precarizando o trabalho docente; em “Cultura”, uma grande reportagem a respeito do gênero documentário e seu papel didático-pedagógico, como expressão da realidade e formato sensibilizador do aprendiz. Por fim, na antiga seção “Memória”, que agora passa a se chamar “Memória Viva” (porque a história sempre pulsa), destaque para a trajetória e as importantes contribuições de Darcy Ribeiro para a Educação e a Democracia brasileiras.

Boas leituras. E ditadura nunca mais!*

CHICO BICUDO, *Coordenador de comunicação*

Pixações: resistência e catarse



Quando o muro separa, uma ponte une
Se a vingança encara, o remorso pune
Você vem me agarra, alguém vem me solta
Você vai na marra, ela um dia volta
E se a força é tua, ela um dia é nossa
Olha o muro, olha a ponte, olhe o dia de ontem chegando
Que medo você tem de nós, olha aí

Você corta um verso, eu escrevo outro
Você me prende vivo, eu escapo morto
De repente, olha eu de novo
Perturbando a paz, exigindo troco
Vamos por aí, eu e meu cachorro
Olha um verso, olha o outro
Olha o velho, olha o moço chegando
Que medo você tem de nós, olha aí
O muro caiu, olha a ponte
Da liberdade guardiã
O braço do Cristo, horizonte
Abraça o dia de amanhã, olha aí

Pesadelo, 1972, Paulo César Pinheiro e Maurício Tapajós (**)

Alguém disse que durante a ditadura as *pixações*(^{***}) compuseram a moldura da cidade. É possível que tenha sido isto mesmo: o amplo e variado registro deixado nos muros por um resistente e desorganizado anonimato carregado de radicalismo estético e discursivo que acabou se transformando em sistema de denúncias contra o regime militar. Uma poética feito algazarra que purgava cotidianamente a sociedade civil e a remetia a esse ‘pesadelo’ cotidiano nebuloso e difícil de que fala a música de Paulo César Pinheiro e Maurício Tapajós.

Mas não só pelas denúncias o pixo fez isso, ainda que qualquer uma de suas ações tivesse essa dimensão. Também pelas reivindicações e mobilizações, eventos de natureza política e cultural ou o quer que fosse signo daquela nervatura democrática que se opôs ao golpe de 64 desde o primeiro dia; um movimento que cresceu e refluuiu em meio a prisões, exílio, desaparecimentos e mortes, renegação e resgate; e voltou a crescer legitimando suas palavras de ordem como bandeira coletiva.

Transpirando tudo isso numa esfera pública atemorizada e com suas referências políticas embaralhadas, as *pixações* podem não ter derrubado a ditadura, como de fato não o fizeram, mas ajudaram muita gente a entender que regime era aquele sob o qual vivíamos e o que exatamente estava em jogo.

Quem quiser escrever sobre a memória dos 21 anos que se estenderam de 64 a 85 terá que se debruçar um pouco sobre a politização do spray, terá que recorrer às galerias dos fotógrafos amadores e profissionais e sobre a amplitude diversificada que a oposição ao regime teve sob as diversas e surpreendentes formas de manifestação... e aí será possível ver o pixo como um documento revelador de uma época.

Os pixadores viveram no contexto cercado pelas mesmas pulsões que povoavam a sociedade e, de alguma forma, deram voz a elas: comunidades de base, associações de moradores, grupos estudantis, pequenos grêmios de esquina, clubes de cinema, círculo de leitores, blocos e escolas de samba, panfletaria. Houve de tudo um pouco nessa construção fragmentada que foi a oposição à ditadura; todo esse movimento ciliar que ganhava nos muros os textos de sua rebeldia, reduziu as bases sociais dos golpistas civis e militares e, na perspectiva do tempo, levou à redemocratização.

Colocar os pixadores ao lado dos eventos que marcam a rememoração das duas décadas de opressão sob as quais o povo brasileiro viveu é reconhecer neles sua vocação e inspiração democrática... e por isso esta é a capa GIZ de abril de 2024. ●

J.S.FARO, *Coordenador editorial*

Referências

(*) Imagem da capa: Fragmento do filme *O ano em que meus pais saíram de férias*, dirigido por Cao Hamburger, em foto de Beatriz Lefevre. Produtora Gullane e Caos Produções. O ator da cena é Caio Blat. Tudo indica que a parede que está sendo pixada é a fachada da Faculdade de Filosofia na Rua Maria Antônia, mas cada pichação ocupa o imaginário de leitoras e leitores mais do que sua exata localização.

(**) Duas sugestões para ouvir a música *Pesadelo*: * [na mais conhecida de suas interpretações, com o MPB4](#) e * [na voz de Paulo Sérgio Pinheiro](#), um de seus autores.

(***) O termo *pixação* aparece neste texto grafado de acordo com a interpretação que Carolina Albuquerque Gonçalves (Caru Albuquerque) oferece a ele na dissertação de mestrado, de sua autoria, apresentada à PUC-SP, em 2010, sob orientação da Profa. Dra. Leda Tenório da Motta, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica daquela universidade.



_dossiê

O golpe de 1964 e suas consequências para a universidade e para a produção científica brasileira.

MILENA BUARQUE

Os impactos promovidos pela ruptura institucional de 21 anos de ditadura militar no Brasil, entre os anos de 1964 e 1985, foram tão abrangentes que ainda hoje seguem sendo mapeados por diferentes iniciativas e instituições em todo o país: da academia à sociedade civil, passando por centros de pesquisa, comissões extraordinárias, departamentos governamentais e arquivos históricos.

No ano em que marcamos os 60 anos de um movimento que depôs o então presidente João Goulart (1919-1976) e empossou, da noite para o dia, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1897-1967), o Sinpro São Paulo colocou em pauta os resultados de maior impacto das políticas da ditadura na área educacional em todos os níveis de ensino.

Nesta edição da *GIZ*, destacamos trechos do painel

“O golpe de 1964 e suas consequências para a universidade e para a produção científica brasileira”, que contou com a presença do professor de filosofia, cientista político e atual presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Renato Janine Ribeiro¹; de Wilson Gomes², professor titular da Universidade Federal da Bahia (UFBA); da professora Madalena Guasco Peixoto³, diretora da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e do Sinpro São Paulo; e de José Salvador Faro⁴, professor de Jornalismo da PUC-SP, assessor cultural do Sinpro São Paulo e editor da Revista *GIZ*. A conversa contou com a mediação do professor de física Luiz Antonio Barbagli⁵, que coordenou as discussões em nome de Celso Napolitano, presidente do Sindicato, que não pôde comparecer ao evento.

1. Renato Janine Ribeiro, ministro da Educação no governo Dilma Rousseff. Professor-titular em Ética e Filosofia Política na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e professor honorário do Instituto de Estudos Avançados da mesma instituição. Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e membro titular da Academia Brasileira de Ciências (ABC). Formado em Filosofia pela USP, com mestrado na Université de Paris-I, Panthéon-Sorbonne, e doutorado também pela USP.

2. Wilson Gomes, professor de Teoria da Comunicação na Universidade Federal da Bahia; pesquisador e docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea da mesma instituição. Coordena o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital. Mestre e doutor em Filosofia pela Universitas Gregoriana.

3. Madalena Guasco Peixoto, doutora em Educação pela PUC-SP. Coordenadora da Secretaria Geral da Confederação Nacional de Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE). Professora-titular do Departamento de Fundamentos, Políticas e Gestão da Educação da PUC-SP. Diretora do SinproSP.

4. José Salvador Faro é graduado em História pela ECA/USP, mestre em Comunicação pela UMESP e doutor em Jornalismo também pela ECA/USP. Professor da PUC-SP, consultor da FAPESP, da CAPES e do CNPq e assessor cultural do SinproSP.

5. Luiz Antonio Barbagli, professor graduado pela UMC. Vice-presidente do SinproSP.

EXPANSÃO x SUCATEAMENTO

Profundamente afetada duante o período do regime militar brasileiro, a educação básica, na avaliação de Renato Janine Ribeiro, “perde a qualidade”, ainda que em face de um aumento na inclusão de alunos em salas de aula. “A qualidade da educação básica caiu muito. Em São Paulo, as escolas públicas eram consideradas melhores, até a ditadura. O regime militar aumentou o número de alunos por sala de aula, arrochou salários e descuidou da formação de professores”, afirma.

Ministro da Educação do Brasil de abril a setembro de 2015, no governo de Dilma Rousseff (2011-2016), Janine sintetiza, em seus termos, possíveis “falhas da ditadura”, sendo a primeira delas um “descuido” com o ciclo básico de ensino. “Fez com que pais passassem a colocar os filhos em escolas privadas e levou também a uma discriminação muito grande contra os alunos da escola pública, que restou como o lugar possível para os alunos mais pobres, o que só começou a ser enfrentado com o governo Lula”, analisa.

Na visão de Luiz Antonio Barbagli, houve também uma “quebra de estrutura do ensino básico”, após a perseguição e expulsão de educadores nos primeiros anos de regime militar. “Quando você tira pessoas como [o físico, matemático, político e crítico de arte brasileiro] Mário Schenberg e José Leite Lopes [físico brasileiro, especializado em teoria quântica de campos e física de partículas], a nata da física brasileira, há uma ruptura muito forte na educação e na pesquisa brasileira. Quem deu sequência a essa trajetória de pesquisa? Fomos nós, que ainda estávamos chegando.”

“
Por volta de 1965 a
1970, os melhores
professores das escolas
estaduais de ensino
básico são alçados para
as universidades federais
e estaduais, ocupando
o lugar daqueles que
saíram. Há um programa
de aceleração para a
formação de doutores.
Ou seja, a estrutura da
universidade e do ensino
básico é quebrada.
E é esse modelo que me
preocupa até hoje.”

LUIZ ANTONIO BARBAGLI

Segundo o projeto Memórias da Ditadura⁶, realização do Vlado Educação – Instituto Vladimir Herzog, a prisão e, por vezes, o assassinato de professores e estudantes abriu caminho para a aplicação de políticas educacionais que fossem adequadas tanto a um modelo de desenvolvimento econômico específico quanto à difusão de uma ideologia favorável ao novo regime.

O professor Wilson Gomes tinha apenas 8 meses em março de 1964. Até os 20 anos de idade, não conheceu um país democrático. Ele conta que também seu pai, nascido na década de 1920, viveu dois períodos de ditaduras diferentes. “Eu cresci, fui à escola e desde pequenininho aprendi que a palavra ‘golpe’ não existia. Tinha acontecido a ‘revolução’ e essa revolução tinha nos dado liberdade, democracia e dignidade.”

Gomes vê a democracia brasileira como uma “experiência aparentemente intermediária”. “O primeiro fato histórico com relação ao Brasil, que é o que mais me deixa perplexo, é que o contínuo não é a democracia. O contínuo são períodos autoritário, semi-autoritários, encaminhamentos para a autocracia, como o que vivemos hoje. Infelizmente, esse tem sido o padrão brasileiro desde a Proclamação da República.”

O BOOM DAS UNIVERSIDADES PRIVADAS

Entre o que denomina como “debilidades estruturais”, a professora Madalena Guasco Peixoto destaca um aspecto contraditório dos ciclos de desenvolvimento postos em prática no Brasil. Expansões e deteriorações que também marcam a dinâmica educacional durante os governos militares em duas décadas.

Embora tenha havido uma expansão do sistema escolar público visando a universalização do ensino fundamental e, efetivamente, o aumento da faixa etária estabelecida na Constituição de 1946, a baixa qualidade no ensino foi acompanhada de certo “rebaixamento da visão de formação profissional no período”.

“Ao mesmo tempo em que [o regime] desenvolveu a ciência, perseguiu o conhecimento. Eu sou de uma universidade que recebeu vários dos professores que foram

expulsos das universidades públicas. Nós tivemos também, posteriormente, algo que se tornou estrutural no Brasil: a rede privada de ensino, não como um direito democrático”, afirma Madalena.

Doutora em Educação (PUC-SP), a professora sublinha o aumento no número de universidades e faculdades privadas e ressalta uma reforma no ensino similar em alguns pontos à que estabeleceu o chamado Novo Ensino Médio a partir de 2017.

“O regime militar precisou de um aumento no número de universidades privadas, que tinham um papel diferente na sua concepção do que as universidades federais. O crescimento foi enorme, assim como a reforma que se fez no ensino médio, que é bem parecida com a feita recentemente. Nós ainda não temos um sistema público universal de qualidade. Ainda não conseguimos construí-lo, apesar de toda a nossa luta. A rede privada disputa, tanto que na LDB [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional] de 1961 a grande disputa foi essa, apesar da Constituição de 1946 garantir o ensino público universal”, analisa.

⁶ O projeto Memórias da Ditadura, criado originalmente há 9 anos, foi produzido em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e as áreas de Educação em Direitos Humanos e Memória Verdade e Justiça do Instituto Vladimir Herzog. Seu objetivo é divulgar a história do Brasil durante o período da ditadura militar, com foco especial no público jovem e muitos conteúdos multimídia. O portal foi reformulado em 2024, marcando três efemérides: os 60 anos do golpe militar, os 75 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e os 10 anos da criação da Comissão Nacional da Verdade. Para saber mais, acesse memoriasdaditadura.org.br.



Madalena Guasco Peixoto, Renato Janine Ribeiro, Luiz Antonio Barbagli, Wilson Gomes e José Salvador Faro no encontro que aconteceu no auditório do SinproSP. Foto: Daniel Paiva/SinproSP

Segundo a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), em 1982, o Brasil estava entre os países da América Latina com o menor percentual de gasto público em educação: apenas 6,5% do PIB. O relatório “O Legado da Ditadura Para a Educação Brasileira (Tomo I - Parte I)”, da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, em parceria com a Comissão Nacional da Verdade (CNV), apresenta essa percepção em diferentes depoimentos. Entre eles, o da professora de história Patrícia Sposito Mechi⁷, da Universidade Federal do Tocantins, que afirma: “A rede física foi expandida, um maior número de pessoas pôde frequentar a escola e nela aprendiam que o Brasil era um país democrático, católico e alinhado ao mundo Ocidental. O investimento em

educação, porém, não permitia que se absorvesse toda a demanda escolar”⁸.

DEMOCRACIA COMO TAREFA

Em um país que “dá golpes de estado para salvar a democracia”, como sintetizou Gomes, o debate a respeito de legados e discontinuidades se faz ainda mais premente. Para José Salvador Faro, a memória das competências que foram “apagadas” deve ser feita por escrito.

“Quando pensamos nas consequências que o golpe militar de 1964 teve sobre a universidade e a produção científica, precisamos fazer essa avaliação: qual é a contabilidade que podemos fazer, se isso é possível, dos danos históricos do golpe?”

Se ao fim de 21 anos de ditadura, a educação acumulava contradições em curtos avanços e longos recuos, com expansões físicas, mas altos níveis de sucateamento em investimentos reduzidos e salários corroídos, qual seria a herança dos governos militares e em que medida ela se faz presente nas salas de aula ainda hoje?

“
Não havia um ideal modernizador desinteressado. A fúria privatista que herdamos é um resquício da ditadura.” J. S. FARO

Compreender a função social da educação é também ter em vista o papel histórico que lhe foi atribuído em diferentes momentos e períodos do nosso país. Na visão de Wilson Gomes, a democracia, em meio a crises sazonais, se constitui como uma tarefa que, por vezes, somos tentados a abandonar.

“Se você olhar para as populações mais escolarizadas, há um modelo persistente nos projetos que são autocráticos. É algo desanimador. A democracia é muito mais uma tarefa do que uma realidade.” •

Confira o painel na íntegra em https://youtu.be/hbMy_xiYZFA



⁷ Veja também MECHI, Patrícia Sposito. Exclusão e sucateamento: o legado do projeto educacional da ditadura militar brasileira à atualidade. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/066/66mechi.htm>.

⁸ Veja mais no relatório da Comissão da Verdade da PUC-SP Reitora Nadir Gouvêa Kfourri (CVPUC) em pucsp.br/comis-saodaverdade.



Poluição visual? Nada disso. Resistência à ditadura.

Em outubro de 1968, a Rua Maria Antônia foi palco do confronto entre estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, que na época compunham um forte movimento de resistência à ditadura militar, e do Mackenzie, ligados ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC).

Muros pixados, verdades reveladas

KAREN RAMOS

Repressão, censura, vigilância. As tensões que assolaram os sujeitos a partir de 1964 fizeram os rabiscos nas paredes das ruas ganharem novos sentidos. Enquanto os veículos tradicionais brasileiros se viam contidos pela ditadura civil-militar, as paredes, viadutos e muros se tornaram mídia alternativa para um movimento anônimo e incontrolável que buscou, por palavras de ordem, manifestar as insatisfações do povo.

As pinturas das letras eram feitas em operações conjuntas durante as madrugadas, realizadas por jovens ativistas, integrantes do movimento estudantil e membros do movimento sindical trabalhista, grupos que viam suas lutas silenciadas. “Abaixo a Ditadura”, “Diretas Já” e “Liberdade”, além de outras frases curtas, de rápida escrita e leitura, preenchiam a cidade e evocavam o repúdio e a resistência ao regime, como ilustrado nas fotografias.

Diferente de outras manifestações artísticas do período, a pixação possui uma essência não institucionalizada, que gera seus efeitos ao ultrapassar galerias e instigar as relações entre espaço público e cidadão. O convite à interlocução entre espaço e sujeito foi um movimento importante num momento em que tais instituições sofriam com a instabilidade político-social.

O seu fator efêmero abraça o próprio movimento da cidade. As paredes contavam a história do presente e os sonhos para o futuro, as tintas quase como veias a pulsar os desejos do povo. Pixadores eram fantasmas que transcreviam os sussurros das ruas. E, na mesma rapidez que eram escritos, desapareciam.

Órgãos policiais, afrontados pelas mensagens, buscavam deter os autores e continuamente atuavam para apagar as pixações “subversivas”. As pinturas eram consideradas ameaça à segurança nacional. “O combate

às escritas cidadinas ocorreu por elas possuírem um cunho político e serem um eficaz instrumento de comunicação que influenciou muitas vezes a opinião dos transeuntes com discursos transgressores”, como explicou Thiago Soares, doutor em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), em artigo para a Revista Tempo e Argumento.

Os sussurros nas paredes ganharam forma (e rostos), se materializando em protestos que ocuparam as ruas de diferentes metrópoles do Brasil até abril de 1984. Enquanto o Congresso Nacional rejeitava a Emenda Dante de Oliveira, que restabelecia as eleições diretas para presidente da República, as tintas puderam organizar o sentimento de repulsa ao poder militar e suscitar o espírito que incendiou o país com a Campanha Diretas Já.

Pensando na apropriação da cidade ao nível cotidiano, Samuel Romão, graduado em História e especialista em Ensino de História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), sugeriu que, a partir da transformação do espaço, identidades são construídas, tendo por base a resistência a poderes que superaram as forças individuais. “Dessa forma, a Ditadura será percebida a partir das ruas, mais especificamente como elas ganham novos rostos e novos significados que vão contra o regime autoritário vigente”, escreveu em artigo para a Revista Temporalidades.

NOVOS ESPÍRITOS

Entre as discussões acerca do pixo, talvez menos nos valha saber seu valor como arte. A verdade é que, enquanto fenômeno social, ele representa uma disputa de poder espacial, narrativo e político, inscrito no espaço público e na própria arquitetura da urbe.

Observar os muros das metrópoles ainda pode nos revelar manifestações insubordinadas, mas diferentes em intenções. No Brasil, o protesto político contra a ditadura ganhou influência do movimento punk, somando o viés político ao tom poético. Nos anos 1980, em São Paulo, o pixo deixou o anonimato e ganhou um fôlego autoral, estético, em que seus atores usavam grafias próprias para denunciar seus incômodos. No Rio de Janeiro, o mesmo movimento ficou popularmente conhecido como “xarpi”.

É importante notar que o próprio público praticante mudou: de reivindicações de lutas contra o sistema vigente, muitas vezes por membros da classe média, para moradores das periferias que reivindicam seu espaço na cidade.

As assinaturas que hoje acompanham as escritas cifradas marcam o desejo de ser percebido e ressaltam a ausência de certas identidades em determinados espaços.

Vão contra o desejo de limpeza e higienização, que apaga os sujeitos indesejados e mascara as desigualdades.

No documentário *Pixo* (2010), dirigido por João Wainer, os pixadores determinam a visibilidade — a escolha dos mais altos prédios, ruas de alta circulação e bairros nobres — como ponto essencial da atividade, grifando a disputa espacial na cidade de São Paulo. Mas o próprio relato daqueles que o fazem revela, ainda, os conflitos que os acompanham: as desigualdades sociais e econômicas, as falhas do sistema público de educação, o apagamento. A adrenalina misturada com a revolta dão contorno à cidade.

Como apontou Carolina Gonçalves, mestre em Comunicação e Semiótica da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em sua tese: “a pixação é metáfora das dificuldades, do inatingível, do trabalho que nunca termina e do salário que nunca é suficiente; do sonho da pepita de ouro, da subida na vida, do topo que pouquíssimos conseguem chegar”. Os rabiscos da cidade nos fazem pensar no que as presenças e ausências ainda nos contam, o que as paredes ainda sussurram, a herança que ainda carregamos e a memória que ainda grita. •

“
a pixação é metáfora das dificuldades, do inatingível, do trabalho que nunca termina e do salário que nunca é suficiente; do sonho da pepita de ouro, da subida na vida, do topo que pouquíssimos conseguem chegar.”

CAROLINA GONÇALVES



Referências

SOARES, Thiago Nunes. Gritam os muros: “anistia ampla, geral e irrestrita”. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 8, n. 17, p. 350-383, jan. 2016.

ROMÃO, Samuel Leite Fonseca. Escrita urbana: a cidade como protagonista da resistência contra a ditadura militar brasileira. *Temporalidades: Revista de História*, Belo Horizonte, edição 38, v. 14, n. 2, p. 372-398, set. 2022/jan. 2023.

GONÇALVES, Carolina Albuquerque. A pixação paulista e as vanguardas: poesia concreta no concreto. Tese (Mestrado em Comunicação e Semiótica da Cultura) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010.

Leitura ampliada

Pixo Arte. A escrita da presença, Gravura Contemporânea. Disponível em: <http://gravuracontemporanea.com.br/pixo-arte-a-escrita-da-presenca/>.

Breve história do pixo, Matheus Correia e Mateus Pinho, Esquerda diário, 2017. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Breve-historia-do-pixo>.

O pixo e o direito à cidade, Gabriella Barros, Brasamag. Disponível em: <https://brasamag.com.br/o-pixo-e-o-direito-a-cidade/>.



© ARQUIVO NACIONAL - CORREIO DA MANHÃ



© ARQUIVO NACIONAL - CORREIO DA MANHÃ



© ARQUIVO - ESTADÃO CONTEÚDO



© ARQUIVO NACIONAL - SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

Hora- -tecnológica: docente 30 horas

Em 19 de fevereiro de 2020, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT/SP) julgou procedente, pela primeira vez, a reivindicação dos sindicatos de professores de que as instituições privadas de ensino deveriam remunerar o trabalho realizado por meio digital acrescido às atividades docentes tradicionais. A cláusula integrava a pauta de reivindicações do dissídio coletivo de 2019, protocolada pelas entidades sindicais ligadas à Federação dos Professores do Estado de São Paulo.

SILVIA CELESTE BARBARA

Um mês após o julgamento do TRT, o então governador do Estado, João Doria, anunciou a suspensão das aulas presenciais em decorrência da pandemia de Covid. Uma medida sanitária de emergência, que se prolongou por mais de um ano, só viabilizado porque professoras e professores do ensino privado já usavam, nas suas aulas, diferentes recursos tecnológicos, em graus variados, e dispunham de meios de interação on-line com seus alunos. Sem as ferramentas adequadas e conhecimento acumulado (e financiado) pelos professores, esse modelo de ensino, ainda que excepcional, não teria sido possível. O movimento sindical de São Paulo tem se mobilizado há mais de uma década para enfrentar as mudanças no mundo do trabalho docente, em especial quando decorrentes de novas tecnologias. Foi nesse ambiente que surgiu, no final de 2009, a primeira reivindicação sindical para garantir a remuneração pelo aumento de trabalho acrescido pelo uso de ferramentas digitais. Essa novidade, chamada “hora-tecnológica”, levou dez anos para ser conquistada e existe hoje (2024) como cláusula da convenção coletiva dos professores da educação básica privada em São Paulo. O presente artigo tem por objetivo contar essa história na perspectiva de uma pessoa que, como professora da rede privada, viveu os impactos da tecnologia e, como dirigente sindical, ajudou a construir as estratégias de luta no Sinpro São Paulo e também na Federação dos Professores do Estado de São Paulo, a Fepesp.



A HORA-TECNO- LÓGICA

Em novembro de 2009, o Sindicato dos Professores de São Paulo (SinproSP) fez uma consulta on-line à categoria perguntando sobre as mudanças na rotina de trabalho decorrentes do uso de novas ferramentas educacionais. O levantamento apontou para o aumento do número de horas trabalhadas em casa, maior complexidade da atividade docente e aumento de despesas com bens e serviços tais como computadores adequados, internet de banda larga etc. Essas respostas surgiram tanto entre os professores da educação básica como do ensino superior. Para esses últimos, havia ainda outros problemas: aulas a distância, disseminação das plataformas educacionais, falta de respeito aos direitos autorais, questões que o SinproSP já vinha discutindo com a categoria.¹

1. Em agosto de 2009, o SinproSP realizou o debate “O professor no ensino a distância: legislação aplicável e sua interpretação”, com a participação de especialistas que discutiram a expansão do ensino a distância, o direito autoral sobre as aulas gravadas e os trabalhos produzidos e também os tutores. <https://www.sinprosp.org.br/noticias/1112>

É interessante recuperar algumas dessas respostas, sempre lembrando que elas foram redigidas em 2009, o que pode explicar a ausência do celular:²

“Preparar power point, utilizar vídeos, ler e-mails de alunos, acompanhar trabalhos em grupos como yahoo, msn, windowlive, googledocs, sem contar com o famoso Moodle que, além de ser EAD, virou ferramenta de apoio para a aula presencial...”

“Tenho trabalhado muito mais em casa com pesquisa e preparação de aulas (...) sem contar que tive de assumir uma banda larga em casa para preparar as aulas”

“Nas universidades, o e-mail transformou-se na ferramenta de comunicação com os alunos, 24 horas por dia. E já aconteceu comigo do coordenador reclamar do fato de os alunos terem enviado e-mails e eu não ter respondido, mas isso aconteceu em pleno período de licença médica (...) As escolas entendem que a “hora-atividade” cobre esse envolvimento extraordinário, mas a descrição das tarefas não inclui isso.”

“A minha rotina de trabalho em casa aumentou radicalmente: aulas feitas com slides, sites trabalhados com alunos, digitação de provas, envios de provas e notas pelo computador. Já não tenho mais finais de semana, já que trabalho em duas escolas o dia inteiro.”

Vale comentar um fato relevante ocorrido quatro meses antes da consulta. Diante do avanço do surto de gripe H1N1, a Secretaria Estadual de Saúde recomendara adiamento do reinício das aulas por quinze dias.

Na época, o SinproSP e a Fepesp posicionaram-se contra a necessidade de reposição das aulas e levaram a demanda ao representante das escolas de educação básica (Sieeesp). As entidades sindicais alegavam que professores e escolas dispunham de meios para se co-

municar com os alunos e desenvolver atividades a distância. Por isso, era possível garantir o conteúdo e evitar a desorganização do planejamento escolar.

A questão foi levada ao Conselho Estadual de Educação de São Paulo (CEE) que, em sessão extraordinária, dia 19/08, aprovou a flexibilização dos 200 dias letivos Segundo a Indicação CEE 91/2009, as atividades realizadas fora do recinto escolar, no período de suspensão de aulas, poderiam “*ser computadas como dia letivo*”. Vale-riam “*desde orientações impressas com textos, orientações de estudo dirigido e avaliações enviadas aos alunos, até o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação*...”³

Na prática, houve o reconhecimento de um novo trabalho realizado pelos professores, em sua casa, com o uso de ferramentas digitais. Faltava, agora, exigir que as escolas pagassem por esse trabalho acrescido às demais atividades docentes.

Foi esse o contexto que levou o SinproSP a consultar os professores sobre o impacto das novas tecnologias no trabalho docente, questão que, pouco depois, viria a ser a principal diretriz da Campanha Salarial 2010.

PROFESSOR TAMBÉM TEM LIMITE: A CAMPANHA SALARIAL 2010

No final de 2009, a campanha salarial dos professores começou a ser unificada no estado de São Paulo, sob a coordenação da Fepesp. As reivindicações, aprovadas nas assembleias realizadas em cada sindicato foram integradas numa única pauta, que tinha como principal eixo o pagamento da hora-tecnológica, ou seja, a remuneração pelas novas atividades digitais incorporadas ao trabalho docente.

O fundamento era simples: a tecnologia não havia suprimido postos de trabalho, nem substituído atividades tradicionais do professor. Ela agregou novas exigências. Os professores consumiam cada vez mais horas, fora de sua jornada de trabalho, para interagir com alunos nas plataformas ou por e-mails e para dar conta das novas demandas que surgiam a cada dia.

Para as instituições de ensino privado, a tecnologia

na Educação passou a ser vista como um fator de atração de alunos, pela renovação pedagógica que ela poderia proporcionar. Servia, também, para reduzir custos.

Para o movimento sindical, a regulamentação da hora-tecnológica pela Convenção Coletiva de Trabalho poderia garantir remuneração justa, coibir excessos patronais e assegurar condições adequadas de trabalho. Além disso, definidos critérios comuns mínimos, seria possível adequar as regras às especificidades de cada nível de ensino.

A tarefa não era fácil. Como definir com clareza o trabalho realizado com base tecnológica? Quais atividades eram realmente novas e quais representavam apenas a passagem do analógico para o digital? Como medir e controlar o tempo despendido nessas novas atividades?

O SinproSP chegou a criar um simulador no qual o professor poderia calcular o número de horas consumidas nas plataformas educacionais.

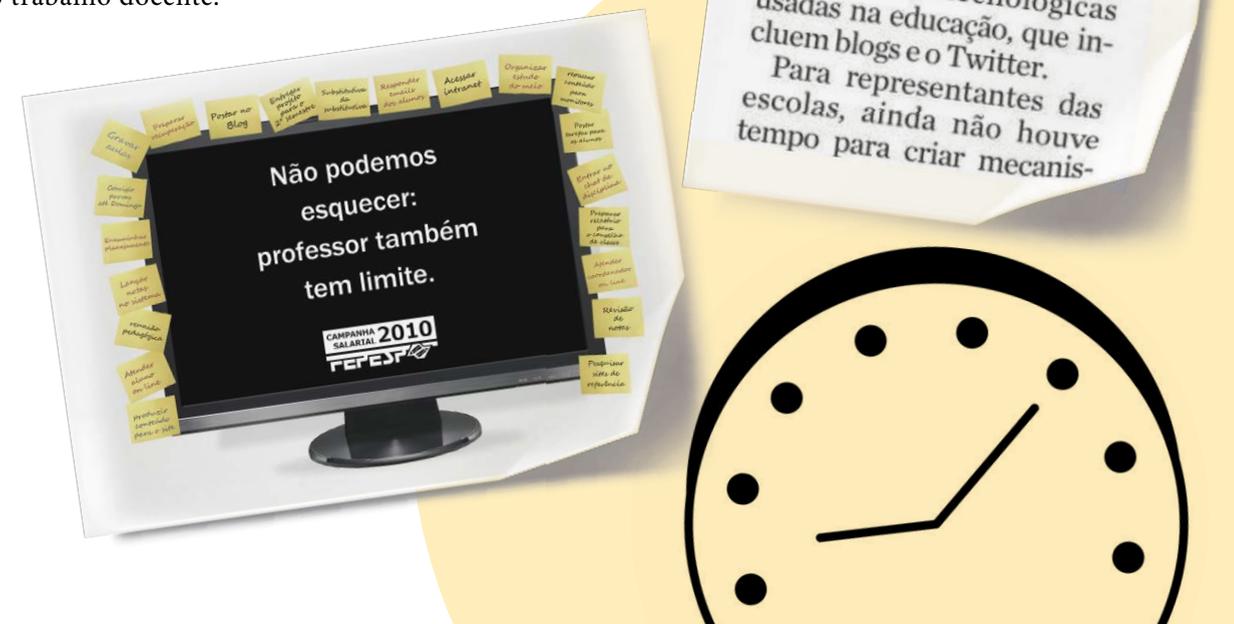
A pauta de reivindicações apresentada aos patrões pela Fepesp e sindicatos previa, entre outras demandas, a obrigatoriedade de pagamento das atividades pedagógicas realizadas por meio eletrônico ou digital. A remuneração teria como referência a hora-aula já paga nas demais atividades da escola ou instituição de ensino superior. Os mecanismos de medição do trabalho ainda seriam discutidos com o sindicato patronal.

O pagamento da hora-tecnológica tornou-se assim, o principal eixo da campanha salarial de 2010. Todo o material produzido tinha como imagem central um computador lotado de post-its simbolizando a intensificação trabalho docente.

Para estimular a interação da categoria, foi produzido um blog no qual os professores eram convidados a escrever num “varal de post-its” os trabalhos que estavam realizando a mais. As mais de 500 participações revelaram um quadro cruel nas instituições de ensino privado em todo o estado.

A reivindicação, até então inédita no país, atraiu a atenção da imprensa e foi pauta dos grandes veículos de comunicação, contribuindo para dar visibilidade à campanha salarial, que contou com participação significativa da categoria

As negociações com os sindicatos patronais do ensino superior e da educação básica foram encerradas em maio de 2010, cinco meses após o início. As duas convenções coletivas assinadas determinaram a continuidade da negociação sobre a hora-tecnológica. Com a discussão inconclusa, esse compromisso voltou a ser renovado nas convenções subsequentes, de 2013.



2. SinproSP. Trabalho extra com novas tecnologias (Forum), 27/11/2009, (sinprosp.org.br)

3. Indicação CEE 91/2009, de 19 de agosto de 2009, [CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO \(mec.gov.br\)](http://CONSELHO_ESTADUAL_DE_EDUCAÇÃO MEC.GOV.BR)



No ensino superior, a hora-tecnológica disputava primazia com outros assuntos igualmente complexos: a expansão acelerada do ensino a distância e todos os seus desafios (superlotação de salas, tutores, EaD) e o impacto da entrada de grandes grupos empresariais, alguns de capital aberto.

Ainda que a negociação com o sindicato da educação básica se mostrasse menos complicada, não houve condições objetivas para a continuidade da discussão com a entidade patronal.

A partir de 2016, como se sabe, a inflexão na conjuntura nacional afetou o movimento sindical e os trabalhadores. Num ambiente hostil, simbolizado pelas reformas trabalhista-sindical e previdenciária, havia pouco espaço para a ampliação de direitos, em todas as categorias profissionais.

Com os professores não foi diferente. A grande mobilização da categoria em 2018 foi uma resposta ao Sieceesp, sindicato das escolas de educação básica, que viu na reforma trabalhista uma janela de oportunidade para rasgar a Convenção Coletiva de Trabalho, eliminando direitos construídos pela ação sindical ao longo de vinte anos.

4. Cláusula 56 da Convenção Coletiva de Trabalho dos professores do ensino superior.

A comissão intersindical também discutirá piso salarial.

Essa ameaça real mobilizou professoras e professores no SinproSP. Foram cinco meses de luta, duas paralisações e uma ação de dissídio no Tribunal Regional do Trabalho que produziram uma das mais belas páginas da história da luta sindical da nossa categoria. A Campanha Salarial de 2018 terminou vitoriosa com o atendimento de nossa principal reivindicação: a renovação de todos os direitos da Convenção Coletiva de Trabalho.

Mas o movimento sindical nunca desistiu da luta pela hora-tecnológica, sempre presente nas pautas de reivindicações.

E foi esse trabalho, bastante consolidado ao longo de anos, levou à inédita vitória dos professores da educação básica no Tribunal, em fevereiro de 2020:

66. Trabalho tecnológico

Se por iniciativa da ESCOLA for solicitado ao PROFESSOR atividades que envolvam o uso de NTICs, fora de seus horários habituais de trabalho, para atender os alunos as Instituições de Ensino estarão obrigadas:

Parágrafo primeiro - Pagamento das atividades agregadas ao trabalho docente e realizadas nas plataformas da instituição ou fora dela.

Parágrafo segundo - Sendo atividades habitualmente realizadas, a remuneração será calculada pelas horas de trabalho realizadas no mês, não podendo ser inferior ao valor da hora-aula.

Tribunal Regional do Trabalho Dissídio Coletivo Econômico 2019 – professores de Educação Básica, processo TRT/SP Nº 1001184-31.2019.5.02.0000, 06/03/2020.

Essa cláusula foi mantida no Dissídio Coletivo de 2021 e nas Convenções Coletivas subsequentes. O direito está garantido a professores da educação básica até fevereiro de 2025.

No ensino superior, reivindicações correlatas (aulas a distância, direito de imagem, direito autoral) foram indeferidas pelo Tribunal Regional do Trabalho. Contudo, a Convenção Coletiva prevê uma comissão intersindical paritária para discutir, a partir de 1º de março de 2024, regras para as disciplinas a distância em cursos presenciais.⁴

GRUPOS ECONÔMICOS, REFORMULAÇÃO, TECNOLOGIA

A tecnologia pode ser uma ferramenta valiosa para a atividade docente e o processo pedagógico em todos os níveis de ensino. No entanto, ela tem sido muito associada à intensificação do trabalho, perda de autonomia dos professores e demissões, em especial no ensino superior.

Acredito ser um erro atribuir toda essa responsabilidade às ferramentas digitais. As mudanças no trabalho pedagógico e os impactos no mundo do trabalho docente resultam da combinação desenvolvimento técnico de meios digitais com outros dois fatores: a reformulação pedagógica e os novos padrões de competitividade entre as instituições de ensino.

A reformulação pedagógica no Brasil, especialmente a partir dos anos 90, gerou uma divisão interna do trabalho pedagógico, criando uma separação entre quem decidia os projetos educacionais e quem lecionava. Os professores foram perdendo a autonomia e sendo sobrecarregados de trabalho. Sem poder opinar,

Leitura ampliada (sugestões da coordenação editorial da GIZ)

Capitalismo em crise e o declínio do trabalho, Immanuel Wallerstein, Outras Palavras, 2016. Disponível em: <https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/capitalismo-em-crise-o-declinio-do-trabalho/>.

viam-se obrigados a cumprir ordens de pessoas que, muitas vezes, nunca deram uma única aula na vida. A tecnologia intensificou essa sobrecarga ao possibilitar que a Educação se transformasse num processo individualizado, com o professor tendo que interagir com cada aluno, realizar atividades e avaliações muito particularizadas, como se a sala de aula não fosse mais um ambiente coletivo de convivência e de aprendizagem. Mas de quem é a culpa, afinal? Da tecnologia ou de quem tomou a decisão de usá-la desse modo?

Assim também, a mudança no perfil das instituições de ensino privado, com a entrada de grupo econômicos e abertura de capital, aprofundou a concepção da Educação como negócio e acirrou a competição predatória entre o empresariado. A tecnologia tem contribuído para a redução dos custos e aumento da lucratividade do negócio. Exemplos não faltam: expansão de cursos EaD, aumento do ensino a distância em cursos presenciais, ensalamentos, corte de docentes. E de quem é a responsabilidade?

Quando a categoria dos professores, pelo movimento sindical, tomou a decisão de lutar pela hora-tecnológica, queria mais do que receber pelo trabalho acrescido à sua jornada. A cobrança serviria para dar maior racionalidade às exigências, recuperar o direito ao descanso e garantir melhores condições de trabalho.

Ocorre que a tecnologia de hoje não é mais a de dez anos atrás e a velocidade das mudanças nos obrigará a enfrentar desafios bem mais complexos. Está aí a Inteligência Artificial que não nos deixa mentir.

A trilha aberta na campanha salarial de 2010 é um caminho sem volta, para todos nós. Requer um olhar contínuo sobre as mudanças no mundo do trabalho e persistência na luta pela dignidade profissional, com salários justos, garantias trabalhistas, inclusive o tempo de descanso e convívio familiar que tem sido roubado dos professores. •

A conversão da tecnologia: de perigosa a parceira, Elisa Marconi e Francisco Bicudo, Revista GIZ, 2016. Disponível em: <https://revistagiz.sinprosp.org.br/trabalho/a-conversao-da-tecnologia-de-perigosa-a-parceira/>.

Uberização do trabalho. Sonho ou pesadelo?, Peter Fleming, The Guardian - Londres. Disponível em: <https://revistagiz.sinprosp.org.br/trabalho/uberizacao-do-trabalho-sonho-ou-pesadelo/>.

Uma janela para o mundo: o papel do cine-documentário na sala de aula

Assistindo ou produzindo esse tipo de filme, estudantes podem desenvolver o olhar crítico, a alteridade, além de melhorar a autoestima e o seu processo de aprendizagem.

PATRÍCIA PAIXÃO

cinematografistas brasileiros, incluindo os dele. Esse registro aparece no artigo “Formação Estética Audiovisual: um outro olhar para o cinema a partir da educação” (2008), escrito por Rosalia Duarte, professora do departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)².

No mesmo texto, Rosalia, que é autora da obra “Cinema & Educação” (2002) e cofundadora da Rede Kino (Rede Latino-Americana de Pesquisas e Ações em Cinema, Educação e Audiovisual), pontua que em 1922, na Rússia, os Knoks, como se auto-intitulavam os documentaristas daquele país, com destaque para Dziga Vertov, defendiam o “cinema-verdade” com viés educativo, como forma de ampliar o conhecimento da humanidade sobre o mundo e, dessa forma, ajudar a transformá-lo. Ancorado nas leituras de Karl Marx, Vertov considerava a câmera como o olho aperfeiçoado que os homens não possuíam³.

Saltemos mais de um século no tempo, mais especificamente para 2013, na cidade de Salvador, Bahia. Cinquenta estudantes do programa de ensino de humanidades na Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP) assistem atentamente ao documentário “À margem do corpo” (2006)⁴, de Débora Diniz, centrado na história da jovem goiana Deuseli, 19 anos, que engravidou após ter sido violentamente estuprada por um homem e teve seu direito ao aborto assistido negado. O fato leva Deuseli a assassinar a filha, depois de 11 meses do nascimento dela, e, por conta disso, ser detida. Os discentes se sensibilizam com o filme e refletem criticamente sobre a importância da humanização no atendimento médico, sobre a consciência

A discussão sobre o uso de filmes em sala de aula remonta ao início do século XX, mais especificamente a 1906, na França, apenas 11 anos depois de os irmãos Lumière terem apresentado publicamente “A chegada de um trem na estação”, na cave do Boulevard des Capucines, em Paris. O encanto pela sétima arte tocou logo educadores e em 1910, o Terceiro Congresso Internacional de Educação Familiar, realizado em Bruxelas, já trazia o assunto em sua pauta. É o que informam Roberto Assumpção Araújo e Jonathas Serrano em suas obras históricas, dedicadas à temática do cinema na área educativa¹. Naquele mesmo ano, no Brasil, Edgar Roquette-Pinto abriu uma filmoteca de caráter científico e pedagógico no Museu Nacional, no Rio de Janeiro. O local abrigou os filmes dos primeiros

a respeito da vulnerabilidade que pode apresentar um paciente, a necessidade de cumprimento dos direitos de quem é atendido, independentemente do posicionamento pessoal do médico (no caso, em relação ao aborto), dentre outras questões. A reflexão foi despertada graças a um exercício proposto pelas professoras Liliane Lins e Marta Silva Menezes para mostrar aos estudantes a importância do ensino das disciplinas de ética e bioética na formação dos profissionais de saúde. As docentes exibiram o documentário para os futuros médicos e ofereceram um questionário com perguntas que o relacionavam a situações-chave nas disciplinas. Em seguida, realizaram com os discentes um produtivo debate.

O caso, que pode ser encontrado em detalhes no artigo científico “Uso de documentário no curso de medicina e a reflexão sobre temas éticos associados ao aborto” (2018), escrito pelas duas docentes em parceria com Ianna Muniz, graduanda do Departamento de Medicina Preventiva e Social, Universidade Federal da Bahia (UFBA), demonstra que dezenas de anos após os marcos iniciais sobre a discussão do uso do cinema em sala de aula os filmes provam desempenhar um importante papel na formação do estudante.

Mas o uso do cinema na escola, em especial o documentário, levanta desafios que precisam ser discutidos e enfrentados, em especial em um cenário de avanço da internet, das NTICs (Novas Tecnologias de

Informação e Comunicação), da Inteligência Artificial (IA) e da desinformação. Isso sem contar o perfil de um discente habituado a ver vídeos na tela do celular.

Nesta reportagem, trazemos essas e outras questões para o debate a partir da consulta a diferentes autores que escreveram sobre documentários e entrevistas com pesquisadores que estudam a aplicação do gênero em sala de aula, além de professores que o agregam às suas estratégias pedagógicas.

O FILME DOCUMENTÁRIO COM SUAS FORÇAS E FRAQUEZAS

Bill Nichols⁵, uma das principais referências nos estudos sobre documentário no meio acadêmico, afirma que a definição desse gênero é sempre relativa e comparada, dependendo das diversas formas que existem de fazê-lo e de quem o faz. O autor ressalta que “mais do que proclamar uma definição que estabeleça de uma vez por todas o que é e o que não é documentário, precisamos examinar os modelos e protótipos, os casos exemplares e as inovações, como sinais nessa imensa arena em que atua o documentário.”

No senso comum, costuma-se definir o cine-documentário como sendo o oposto do cinema ficcional pelo fato de sua narrativa “tratar da realidade”, mas Nichols pontua que o documentário, mesmo centrado no mundo histórico, também é um filme orientado por diversos fatores a partir da escolha do criador; é sempre uma

“**mais do que proclamar uma definição que estabeleça de uma vez por todas o que é e o que não é documentário, precisamos examinar os modelos e protótipos, os casos exemplares e as inovações, como sinais nessa imensa arena em que atua o documentário.**” BILL NICHOLS

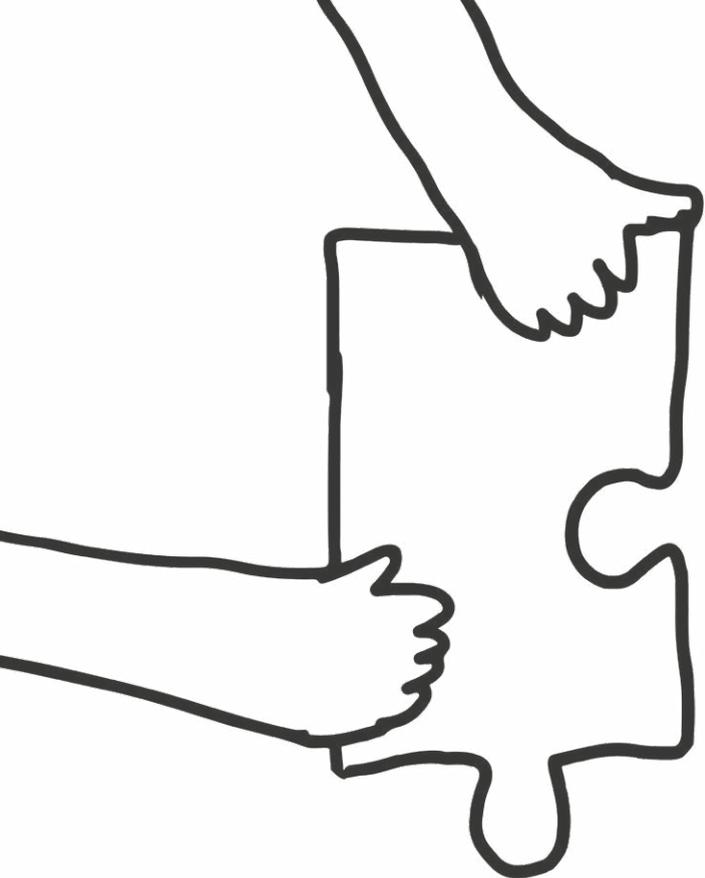
1. “Cinema e Educação”, livro de 1931, de Jonathas Serrano em coautoria com Francisco Venâncio Filho. E “O Cinema Sonoro e a Educação”, tese de 1939, de Roberto Assumpção Araújo para seleção em concurso de Técnico em Educação em São Paulo.

2. Publicado na edição 33 da revista Educação & Realidade, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS). O artigo foi escrito em parceria com o pesquisador João Alegria.

3. A informação aparece na página 77 do artigo “As Vanguardas Históricas: Eisenstein, Vertov e o construtivismo cinematográfico”, de João Luiz Vieira, presente na obra “Ecos do Cinema: de Lumière ao digital”, de Ivana Bentes. Rosália Duarte e João Alegria usam essa referência no artigo de sua autoria supracitado.

4. Disponível em: <https://vimeo.com/6117113>. Acesso em: 15 fev. 2024.

5. No livro “Introdução ao documentário”, p.47-48, publicado pela Papyrus, em 2012.



representação da realidade e não a própria. O problema é que características específicas do documentário levam o espectador a crer que o que ele assiste dá conta da realidade, sem notar que pode haver um recorte ou mesmo uma distorção dela, por exemplo, com determinados ângulos captados pela câmera, com vozes que foram selecionadas em detrimento de outras (que seriam também importantes para retratar o fato) ou estratégias de edição. “Há uma especificidade no vídeo e no filme documentário que gira em torno do fenômeno de sons e imagens em movimentos gravados em meios que permitem um grau notavelmente elevado de fidelidade entre a representação e aquilo a que ela se refere”⁶, destaca o autor.

Para Fernão Pessoa Ramos⁷, outro especialista no cine-documentário, esse tipo de filme diferencia-se da ficção não só por muitas vezes trazer entrevistas ou depoimentos de testemunhas do fato, utilizar imagens de arquivo, roteiros abertos e enfatizar a indeterminação da tomada, mas pelo que o autor objetiva ao produzi-lo. “O documentário, antes

de tudo, é definido pela intenção de seu autor de fazer um documentário (intenção social, manifesta na indexação da obra, conforme percebida pelo espectador)”, defende Ramos, ou seja, quem faz um documentário não o faz com o objetivo primeiro de entreter, como é o de um filme de ficção, mas para fazer considerações sobre o mundo, tem o objetivo de fazer o espectador refletir sobre o que está sendo exibido. Como observa Nichols⁸: “os cineastas são frequentemente atraídos pelos modos de representação do documentário quando querem nos envolver em questões diretamente relacionadas com o

mundo histórico que todos compartilhamos.” Só que aqui mais uma vez cabe destacar o risco de o espectador encarar aquilo que está sendo exibido como verdade absoluta, quando, na realidade, há uma intenção por trás.

“Documentário é cinema. Tem efeitos de câmera, de edição. Há o extracampo, o que foi deixado de lado, fora do quadro que a gente está vendo”, alerta Marcos Napolitano, professor titular de História do Brasil da Universidade de São Paulo (USP) e

autor de “Como usar o cinema na sala de aula” (2003), “História e documentário” (2014)⁹. dentre outras obras.

Bernardo Queiroz, professor da disciplina Documentário no curso de Jornalismo da Universidade Anhembi Morumbi (UAM) e pesquisador da área do audiovisual, reforça essa perspectiva. “O simples ato de você apontar uma câmera na cara de uma pessoa já faz com que ela não esteja à vontade para falar. Há documentaristas como Coutinho [Eduardo] que trabalham com atores. Então, se levarmos esses e outros aspectos em consideração, podemos nos questionar: o que é verdade no documentário?”

Napolitano lembra que os documentários mais tradicionais fazem uma edição que se aproxima muito do formato jornalístico e, nesse caso, a sensação de que o que se vê é a realidade fica mais reforçada. Para Queiroz, é nesse ponto que reside ao mesmo tempo a força e fraqueza do documentário. “Ele se diferencia por abrir o mundo de um jeito que a ficção não faz. É o gênero do cinema que mais abraça o inesperado e, pelo menos em princípio, tem compromisso com o real, mas ainda assim será sempre uma construção, da mesma maneira que o jornalismo. É preciso estar atento a isso.”

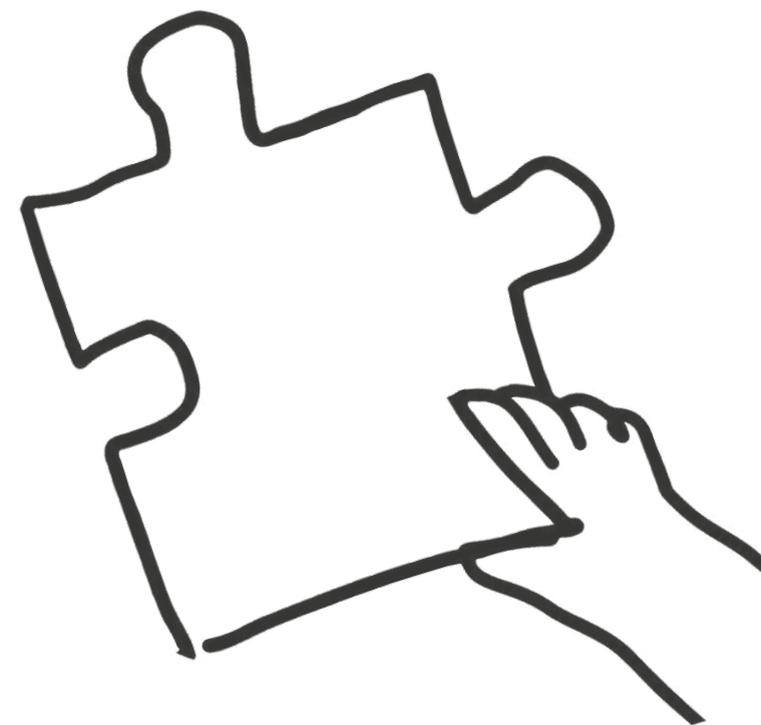
Há documentários encomendados por grupos para convencer sobre determinadas visões de mundo, por exemplo “O Triunfo da Vontade”, de 1935, dirigido pela cineasta nazista Leni Riefenstahl. “Foi apresentado como um documentário, mas é ficção. E uma ficção muito poderosa. É um acontecimento real todo mediado



por técnica. Leni inventou formas de posicionar a câmera, formas de filtro de imagem”, salienta Napolitano. O documentário traz um registro estrategicamente calculado do sexto Congresso do Partido Nazista, que aconteceu em Nuremberg em 1934. Tudo foi filmado de forma a

exaltar a grandiosidade do regime nazista. As tomadas de câmera em Hitler o mostram mais alto do que ele realmente era e sempre sendo ovacionado por multidões.

“Hoje há filmes com manipulações que são produzidos no formato de documentário para disseminar desinformação. Eles misturam alguns dados verdadeiros com outros falsos e fazem isso em um nível técnico de refinamento difícil de o espectador que é



6. No mesmo livro citado na nota 5, p.23.

7. No livro “Mas afinal... o que é mesmo documentário?”, p.25, publicado pela editora Senac, em 2008.

8. No mesmo livro citado na nota 5, p.20.

9. Escrito em coautoria com Eduardo Morettin e Monica Almeida Kornis, publicado pela Editora FGV.



leigo perceber”, destaca Eric de Sales, autor do artigo “História e documentário: reflexões para o uso em sala de aula” (2010), professor de História no Ensino Fundamental II da rede pública do Distrito Federal e na Faculdade JK, além de vice-diretor do Centro de Ensino Fundamental 10 do Gama.

Adriana Mabel Fresquet, coordenadora-geral do Laboratório de Educação, Cinema e Audiovisual da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e autora de livros como “Aprender com experiências do cinema” (2009) e “Cinema e educação – Reflexões e experiências com professores e estudantes de educação básica, dentro e ‘fora’ da escola” (2013), além de também ser cofundadora da Rede Kino, lembra que hoje existem vídeos realistas produzidos por intermediário da deepfake (técnica que permite mostrar o rosto e a voz de uma pessoa em fotos ou vídeos alterados com ajuda de inteligência artificial). “Há alguns meses isto só era possível usando tecnologia de alto custo, mas a cada dia é mais acessível comprar aplicativos que permitem editar imagens de pessoas fazendo coisas que elas nunca realizaram na vida real”, alerta.

POR QUE E COMO USAR O CINE-DOCUMENTÁRIO EM AULA

É justamente quando pensamos em todos os questionamentos que o gênero documentário suscita que percebemos o quanto ele pode ser importante para provocar o olhar crítico do estudante, se aplicado na

escola com a intervenção cuidadosa do docente. E o despertar dessa criticidade seria apenas um dos benefícios pedagógicos desse tipo de filme.

Fresquet estuda e aplica o cinema em sala de aula há mais de duas décadas. Fazendo referência ao livro “Ver e poder. A inocência perdida: cinema, televisão, ficção e documentário” (2009), do cineasta francês Jean-Louis Comolli, ela destaca que é preciso que todos, alunos e professores, ao assistirem a um documentário, saiam do lugar de consumidores. “Como espectadores somos, antes de tudo, cidadãos e não estamos apenas para consumir o concerto mundial das mídias. Como diz Comolli, queremos compreender o que as imagens e os sons fazem de nós, individual e coletivamente. Precisamos eliminar a identificação de espectador com consumidor. Isso somente é possível quando fazemos da experiência de ver ou produzir documentários uma vivência coletiva, crítica e sobre tudo criativa”, afirma.

Para a pesquisadora da UFRJ, o docente deve instigar seus pupilos a pensarem para além do que viram na tela. “É fundamental que as crianças e jovens possam refletir no que veem como algo que foi produzido e que tem um antes e um depois, que poderia ser de outro modo se a pessoa entrevistada fosse outra, se o local filmado mudasse. É preciso convidar os alunos a imaginarem outras possibilidades para cada cena. Essa atividade permite aprofundar questões propostas pelo documentário de forma a atualizar e apropriar inventivamente o tema pela turma”, garante.

Rosália Duarte¹⁰ lembra que o docente em todo o seu trabalho, mesmo quando está apresentando uma teoria científica, precisa mostrar ao aluno que há um ponto de vista por trás daquilo que está sendo estudado. “Esse é um princípio da docência, dizer que tudo que é trazido no contexto da sala de aula é marcado por uma ótica, por mais que se tente alguma objetividade. Se você não informa isso ao aluno, você oculta o significado. Então é importante apontar por que aquele documentário está sendo trabalhado na aula e as questões que estão por trás dele: quem é o diretor e qual é a forma dele trabalhar, quando o documentário foi feito e como foi feito”, diz.

Eduardo Cavalheiro, professor de História do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio do Colégio Presbiteriano Mackenzie, em São Paulo, concorda. “Sempre falo o seguinte para os meus alunos: ‘quando eu chego aqui e falo de História, eu não estou trazendo a verdade. É impossível falar do passado mostrando exatamente o que aconteceu. O que nós, historiadores, fazemos é uma interpretação do passado.’ Ele compara a História a um quebra-cabeças que muitas vezes tem peças faltando. “O cinema é a mesma coisa. Os diretores de cinema são homens do seu tempo. E eles nararam com a sua visão de mundo, de acordo com suas experiências e opções políticas e ideológicas. Muita coisa fica de fora. Então, é preciso deixar isso bem claro ao discente”, salienta.

Duarte, que assim como todos os outros entrevistados nesse texto é contra o uso meramente instrumental do cinema em sala de aula - ou seja, usar o filme ape-

nas para ilustrar conteúdos curriculares, limitando tudo que o cinema, por ser uma obra de arte, pode fazer pelo aluno - é defensora de uma formação estética audiovisual, quando se pretende trabalhar com filmes na escola, sejam eles ficcionais ou não. “Não dá para usar cinema

com os alunos sem ensinar cinema.” Mas é preciso ensinar o estudante a analisar a linguagem cinematográfica sem ceder à tentação autoritária de fazê-lo ver como os olhos do docente. “Eu vejo essa deficiência hoje, mas não é por culpa dos professores. Em geral, eles não são formados para isso, então quando trazem o filme em sala de aula o usam como um livro didático, para ilustrar um conteúdo curricular, como se estivessem trabalhando com um material neutro”, pontua.

Na mesma linha, Eric de Sales destaca que o docente precisa ter noções sobre os elementos do audiovisual. “Como professor, tenho que saber ler aquele documentário, pensar nas questões que ele levanta, sua proposta estética e como trabalhá-lo.” Também é necessário pensar em quais perguntas serão feitas aos alunos, para estimulá-los a pensar sobre o filme. “É bom fugir de questões que levem à uma leitura rasa”, completa.

Marcos Napolitano levanta outro aspecto a ser considerado, e que também demanda a cautela do professor: o choque que o documentário pode causar ao aluno. Esse “baque” pode ser positivo, no sentido

“Quando eu chego aqui e falo de História, eu não estou trazendo a verdade. É impossível falar do passado mostrando exatamente o que aconteceu. O que nós, historiadores, fazemos é uma interpretação do passado.” EDUARDO CAVALHEIRO

10. Além de ter seu artigo citado, ela foi entrevistada para essa reportagem.

de fazer o estudante sair da zona de conforto e pensar em questões que antes não povoavam sua mente, mas pode ser negativo a ponto de gerar um bloqueio, tanto no nível cognitivo (se o discente não tem repertório suficiente para compreender o documentário, seja pelo seu conteúdo, seja pelo seu aspecto estético, de vanguarda) como do ponto de vista moral e/ou cultural, se a visão colocada no filme bate radicalmente com a dele. Nesse caso, o estudante em vez de se sentir estimulado a continuar a refletir sobre o tema, pode repeli-lo. “Se ele se perturbou com alguma coisa do documentário, mas ficou reflexivo sobre um ponto de vista que ele desconhecia, isso é ótimo. A escola serve para isso. Ela não está lá para reiterar o que o discente pensa.” Para Napolitano, o choque precisa ser trabalhado dentro de alguns limites pelo professor, com seriedade e profissionalismo. “Você não pode, por exemplo, expor uma criança a imagens abjetas, achando que é importante para ela conhecer o real. Há documentários que são muito fortes para determinadas faixas etárias.” Portanto, a escolha do filme precisa ser feita com critério, a partir de uma análise prévia do perfil dos discentes e de como lidar com inquietações que a obra pode gerar.

“Nunca é só passar o documentário em sala de aula”, reforça Bernardo Queiroz. O papel do professor seja selecionando estrategicamente o filme, seja fazendo uma discussão prévia sobre ele com a turma ou um trabalho posterior de desconstrução, para levar os alunos a revisarem a obra com um olhar mais atento, é fundamental. “É importante também considerar que não existe uma fórmula para o uso pedagógico do documentário. As necessidades do professor em cada disciplina devem ser levadas em consideração”, destaca.

Para Adriana Fresquet, uma das formas que existem de preparar o aluno para ter um olhar crítico sobre filmes é colocando-o para fazer cinema. Ela conta a experiência de uma oficina que realizou no X Colóquio Internacional de Filosofia e Educação¹¹, ocorrido em outubro de 2020 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a partir da obra “Os óculos do vovô”¹², de 1913, o mais antigo filme de ficção brasileiro ainda preservado, dirigido por Francisco Santos. “Dividimos o filme em 27 fragmentos e sugerimos cinco atividades

diferentes para os participantes. Uma delas era remontar o filme usando todos ou alguns fotogramas. Também propusemos que os participantes sonorizassem o filme. Quando fazemos esse tipo de experiência com crianças menores usamos fotografias. Com estudantes cegos fazemos isto com os sons. Alterar a ordem de imagens e sons, isoladamente ou combinados, gera significados totalmente diferentes”, explica.

Em outra experiência, desta vez aplicada pela pesquisadora no Instituto Benjamin Constant em 2014, crianças foram instigadas a produzirem histórias com três tipos de sons que coletaram antes da aula: passos, gritos e uma porta batendo. “Dependendo da ordem em que eles eram apresentados, as histórias eram bem diferentes. Depois gravamos imagens que não reproduzissem a fonte sonora. Isto deu uma diversidade de histórias que permitem imaginar como podemos de fato montar, desmontar e remontar as imagens e sons da realidade de maneira a dizer coisas que não foram ditas. É possível perceber que não é preciso mentir para desinformar.”

EMPATIA, PROTAGONISMO E SENSIBILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA

Trabalhar com documentários em sala de aula também pode ser uma forma interessante de levar o discente a entender situações que ele não vivencia em seu dia a dia. Para Fresquet, o documentário provoca diálogos entre as pessoas que o assistem, ampliando o ponto de vista do aluno. “O discente passa a perceber o mundo com recortes definidos pelas necessidades, desejos e histórias de outras pessoas e isso pode tornar seu modo de viver e de se relacionar mais empático”, complementa.

Duarte possui visão semelhante. A seu ver, o cinema e, principalmente, o cine-documentário oferece ao espectador o exercício da alteridade. “A literatura dificilmente te permite isso até porque tem a figura de um narrador. Ver o que alguém está vivendo não é o mesmo que ler sobre o que alguém está passando. O documentário te apresenta de forma direta uma realidade diferente da sua. É algo muito especial, formativo e transformador”, garante.

A pesquisadora, que coordena o Grupo de Pesquisas em Educação e Mídia na PUC-RJ (GRUPEM), ob-



serva que não necessariamente a conexão com outros olhares e vivências se dá por identificação. “O que o documentário faz é te oferecer uma condição de entender de maneira menos emocional e mais formativa e reflexiva uma realidade. Ele oferece um conhecimento pesquisado sobre uma questão do mundo real.”

O professor de Biologia Erisnaldo Francisco Reis, que leciona na rede estadual de Minas Gerais e em parceria com a professora Andreia Aparecida Guimarães Strohschoen escreveu o artigo “Filmes na sala de aula como estratégia pedagógica para aprendizagem ativa” (2018), é outro a destacar o aspecto da geração da empatia no discente. “Os documentários, assim como os filmes baseados em histórias reais, têm o po-

der de despertar emoções e conectar os alunos a experiências humanas diversas. Penso que essas conexões emocionais podem contribuir significativamente para a compreensão mais profunda dos temas abordados, promovendo uma visão mais empática do mundo.”

“As cores nos educam, o som nos comove, estratégias de corte e montagem, na edição, nos sacodem, retirando boa parte de nossas certezas. E assim, pensamos, atravessados pelas sensações, pelo que as cenas nos fazem evocar, pelos sentimentos que somente as imagens e som do cinema são capazes de produzir misturando outras histórias com as nossas mesmas”, reforça Fresquet. Para ela, o cinema é uma arte que, assim como a literatura, o teatro, a dança e a música, torna mais sensível a inteligência humana.

11. Parte dos trabalhos da oficina podem ser vistos em https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=5AbHLRn45d0&ab_channel=NEFI-UERJ e em <https://www.youtube.com/watch?v=yZznuxLr-tA&t=2363s> Acesso em: 15 fev. 2024.

12. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V6VA7PjImqc>. Acesso em: 15 fev. 2024.

Hugo de Almeida Harris, coordenador do curso de Jornalismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo, pesquisador da área de cinema e professor da disciplina Documentário, defende que o audiovisual, por ser uma simulação muito próxima da vida real, faz com que o aluno, seja uma criança, um jovem ou um adulto, vivencie de forma contundente os acontecimentos narrados. “Claro que isso vai variar de acordo com a estratégia de cada realizador, de acordo com o tema que está sendo tratado, dependendo do tom que a pessoa quer colocar”, completa. Para ele, o documentário auxilia no processo de aprendizagem do discente. “Representar uma situação do real por intermédio da aliança entre imagens, trilha e toda uma organização de pensamento envolvida, faz com que o aprendizado se torne mais efetivo.”

TELONA X TELINHA

Os benefícios no uso do documentário na escola são muitos, mas como fazer com que alunos que consomem audiovisual quase exclusivamente pelo celular e que se habituaram a vídeos de poucos minutos, como os disponibilizados em redes sociais como o TikTok, consigam manter a atenção em um filme de quase uma hora ou mais? Há documentários de diversos tamanhos, mas muitos passam dos 20 minutos, uma eternidade para alguns estudantes.

Hoje a linguagem do audiovisual na internet é hegemônica entre os discentes, o que coloca uma nova realidade e um novo desafio para os professores. O primeiro deles, segundo Fresquet, é mostrar que há uma gama diversificada de filmes fora das redes sociais. Ela defende que o professor busque conhecer o acervo audiovisual brasileiro e latino-americano para produzir curadorias. “É importante apresentar produções de diferentes estados, épocas, estéticas. Esse é um desafio para nosso cotidiano acadêmico em todos os níveis de ensino, pois as plataformas de streaming nos mostram mais do mesmo, reduzindo cada vez mais as possibilidades de ampliar o nosso repertório”, destaca.

Entre 2015 e 2016 Fresquet fez parte do Grupo de Trabalho “Cinema na Escola”, formado por equipes do Ministério da Cultura, do Ministério da Educação e sete membros da sociedade civil. O GT produziu uma proposta de regulamentação da Lei nº 13.006/14 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional) de forma a garantir a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de Educação Básica. O documento, entregue ao Conselho Nacional de

Educação (CNE), foi muito elogiado na época, chegando a ser chamado pelo antigo conselheiro César Callegari de “Plano Nacional de Cinema na Escola”, por ser bastante completo. Mas a proposta acabou ficando de lado após o golpe sofrido pela ex-presidenta Dilma Rousseff (PT). Desde então o GT luta pela regulamentação. “Somente agora a Secretaria do Audiovisual, na figura de Joelma Gonçalves, tem retomado este tema. Seria importante aproveitar o conteúdo elaborado naquele momento”, diz.

Napolitano concorda com a visão de Fresquet sobre a necessidade de apresentar outras referências audiovisuais aos alunos. “Nos anos 80, 90, a televisão era tida como o grande demônio. Hoje tem coisa pior. O contato com o audiovisual está acontecendo em uma telinha que exige determinadas linguagens. Uma coisa é você ver uma obra numa telona, outra é ver numa telinha de 7 polegadas. Então, tudo é muito apelativo, exagerado, gritado. Cabe ao docente levar para a sala de aula outras possibilidades.” Para ele, fazer com que o aluno assista à meia hora de um filme sem dormir é uma conquista pedagógica e cultural. “Assim, o estudante acaba utilizando outras áreas do seu conhecimento, do seu cérebro, da sua percepção visual”, defende.

Mas, na prática, a situação mostra-se bastante complexa. Eduardo Cavalheiro, que leciona na rede de ensino privada há 20 anos, já trabalhou muito com documentários em suas aulas de História em diferentes instituições. Hoje vem deixando de usar o gênero por apatia da maioria dos discentes. “Nós que aqui estamos por vós esperamos”¹³, ‘Arquitetura da destruição’¹⁴... esses eram alguns dos documentários que eu costumava trabalhar e dava muito certo, os alunos ficavam vidrados. Hoje há uma falta de interesse quase que total. Em geral os alunos não prestam atenção, dormem”, lamenta.

Há também uma limitação com relação ao tempo de aula. O docente conta com menos de uma hora e um conteúdo extenso a ser cumprido. “Difícilmente temos dobradinhas [duas aulas seguidas]. Em uma aula não dá para passar o documentário inteiro e ainda promover a discussão”, observa.

13. Documentário de 1999, dirigido por Marcelo Masagão (traz fragmentos de imagens importantes do século XX, oferecendo uma volta ao mundo no seu contexto histórico, econômico e cultural).

14. Documentário de 1989, dirigido por Peter Cohen (mostra a relação de Hitler com a arte).



“É preciso mostrar aos alunos que há uma gama diversificada de filmes fora das redes sociais. É importante apresentar produções de diferentes estados, épocas, estéticas. Esse é um desafio para nosso cotidiano acadêmico em todos os níveis de ensino, pois as plataformas de streaming nos mostram mais do mesmo, reduzindo cada vez mais as possibilidades de ampliar o nosso repertório.”

ADRIANA FRESQUET

Na opinião dele, é muito importante que haja um debate na área de educação sobre como trabalhar de forma eficiente o cinema em sala de aula, em face desse novo perfil de estudante. “Talvez passar trechos curtos previamente selecionados, discutir com eles”, reflete.

Fresquet defende que é preciso ir ao cinema com as turmas escolares, para que elas se encantem e se habituem, e que o cinema, quando vá para a escola, ganhe a melhor qualidade possível de exibição. “É preciso escurecer a sala, garantir qualidade de imagem e de som, climatizar quando necessário. Os barulhos, a entrada de luz e o calor tiram a atenção do filme indiscutivelmente”, destaca.

Embasando-se em uma consultoria que ela e outros docentes receberam de Alain Bergala, crítico e diretor de cinema francês, ela concorda que passar trechos do documentário pode ser interessante. Cita a “pedagogia do fragmento” ou “fragmentos colocados em relação”. Ela explica o que seria isso: “Sei que há muitas críticas sobre esta apropriação pedagógica de um filme, uma espécie de mutilação da obra, mas há um sentido nisso. Os tempos escolares são curtos em relação à extensão dos filmes. Exibir um trecho permite poder ver, rever e transver”, destaca.

Ela fala sobre o que seria “transver o filme”: “Manoel de Barros [poeta brasileiro] afirma que o olho vê, a memória re-vê e a imaginação trans-vê. É preciso trans-ver o mundo. Assistir e comentar a cada vez o que vemos, o que não vimos e outras imagens e sons que imaginamos que poderíamos filmar se fossemos quem realizou o fragmento de filme analisado. Essa é uma forma de desnaturalizar o olhar, dar uma verdadeira rasteira em nossas certezas.”

Cavalheiro recorre à pedagogia freireana como norte para outras possíveis soluções. “Gosto muito da ideia de Paulo Freire de aproveitarmos a bagagem que o estudante carrega. É fato que eles dominam essas tecnologias. De repente a gente pode utilizar desse conhecimento para trabalhar o cinema na sala de aula.”

O Centro de Educação Fundamental (CEF) 10 do Gama, no Distrito Federal, parece ter seguido isso. A escola, que tem o professor Eric de Sales na vice-direção, coloca em prática desde 2017 o projeto do Cine 10, que vem contribuindo para a maturidade, a autoestima e o protagonismo discente. O Cine 10 envolve os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental II. Os estudantes criam filmes de ficção de, em média, 5 minutos, a partir da contribuição de conhecimentos de diferentes disciplinas e passam por todas as etapas do processo de produção, do

roteiro até a criação de cartazes de divulgação da obra. “O projeto foi idealizado e é tocado pelos professores Alan Domingos, de História, e Wellington Araujo, de Geografia. A escola abraçou a proposta. A disciplina de Língua Portuguesa também é envolvida, dando suporte aos alunos na questão do roteiro”, explica de Sales. Os discentes são separados por grupos, fecham um tema com a ajuda dos professores e começam a trabalhar. “Eles usam seus próprios celulares, captam as imagens, após escolherem os locais de gravação, e as editam. Entregam a versão final do filme em outubro [o projeto começa a ser feito em agosto], a tempo de divulgarem o cartaz. Abrimos um google formulário para o público da escola votar no filme que gostou mais. Os alunos vencedores ganham uma estátua [que remete à estatueta do Oscar]”, conta. Além de melhor filme, há outros prêmios como os de melhor ator e melhor ator coadjuvante. A cerimônia de premiação acontece no Centro de Ensino Médio 02 (para onde os estudantes vão depois do nono ano), simbolizando um rito de passagem para a próxima etapa da Educação Básica. “Eles tiram foto, é bem legal. É algo simples, mas que os deixa bem felizes.” Eric destaca que muitas vezes problemas vivenciados pelos estudantes aparecem nas temáticas escolhidas por eles. “Nos vídeos de 2023, teve muito a questão da saúde mental, com filmes que abordaram a depressão, a ansiedade. É como se quisessem falar sobre essas coisas e, como não conseguem, resolvem trabalhá-las no filme”, explica.

O professor Alan Domingos reforça: “os temas são transversais, marcantes na nossa atualidade. Trabalhamos com questões de gênero, violências, relações raciais”.

“No início os alunos sentem medo de gravar, mas, assim que pegam o gosto, gostam muito do resultado. Depois de feitos, os filmes são postados no nosso canal do YouTube e os estudantes gostam muito de rever os filmes e compartilhá-los”, salienta o professor Wellington Araujo, conhecido na escola como “Tom”.

O aluno Matheus Cainã foi diretor do grupo que venceu o Cine 10 em 2023, com o filme “As 5 horas” sobre bullying. “Foi uma experiência incrível! Aprendi muita coisa e mudei meu ponto de vista sobre como lidar com problemas na hora de executar um filme. Foi bom também para saber trabalhar em equipe, considerar o ponto de vista de cada um”, conta. Para a estudante Letícia Torres, o Cine 10 ajudou os alunos a obterem um conhecimento cinematográfico que não tinham. “Se não fosse

pelo projeto, não buscaríamos esse conhecimento. Além disso, fazer o documentário estimulou alguns de nós a quererem seguir por esse caminho. Muita gente, inclusive eu, acabou descobrindo talentos que nem sabia que tinha, escrever, gravar, editar, narrar”, completa.

A forma como o cinema é trabalhado no CEF 10 do Gama pode ser aplicada também na produção de documentários. “Quando a gente coloca o aluno para fazer um documentário, ele terá que pensar que imagens são adequadas, que falas são mais estratégicas, que organização de pensamento é mais apropriada para tratar a situada abordada com determinado olhar. Para isso, precisará se aprofundar no tema e, se fizer bem a tarefa, certamente terá como resultado uma grande reflexão

Referências bibliográficas:

ARAÚJO, Roberto Assumpção. O Cinema Sonoro e a Educação. (Tese para seleção em concurso de Técnico em Educação), São Paulo, 1939.

BARROS, Manoel de. Livro sobre nada. São Paulo: Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.

COMOLLI, Jean-Louis. Ver e poder: a inocência perdida: cinema, televisão, ficção, documentário. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

DE SALES, Eric. História e documentários: Reflexões para o uso em sala de aula. Revista Polyphonia, Goiânia, v. 20, n. 2, p. 247, 2010. DOI: 10.5216/rp.v20i2.9866. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/sv/article/view/233>. Acesso em: 18 fev. 2024.

DUARTE, Rosalia; ALEGRIA, João. Formação Estética Audiovisual: um outro olhar para o cinema a partir da educação. Educação & Realidade, [S. l.], v. 33, n. 1, 2008. Disponível em: <https://seer.ufg.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/6687>. Acesso em: 18 fev. 2024.

DUARTE, Rosalia. Cinema & educação. Belo Horizonte: Autêntica Ed., 2002.

FRESQUET, Adriana. Cinema e educação: reflexões e experiências com professores e estudantes de educação básica, dentro e “fora” da escola. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

FRESQUET, Adriana. Aprender com as experiências do cinema: desaprender com imagens na educação. Rio de Janeiro: Booklink; 2009.

KORNIS, Monica Almeida.; MORETTIN, Eduardo; NAPOLITANO, Marcos. (org.). História e documentário. São Paulo: Editora FGV, 2012.

LINS, Liliane; MENEZES, Marta Silva; MUNIZ, Ianna. Uso de do-

sobre o assunto”, salienta Hugo de Almeida Harris, professor de Documentário.

Ensinar a linguagem audiovisual, aproveitando o acesso mais facilitado à tecnologia, pode ser também a chance de incluir os discentes que pertencem a grupos aliados da mídia hegemônica e que merecem ter suas realidades e demandas retratadas, além de contribuir para o atendimento da diversidade cultural e étnico-racial de nosso país. “Por isso você conseguir habilitar múltiplos grupos para trabalharem com linguagem documental é uma coisa interessante. Hoje, por exemplo, há uma produção documental nas periferias muito relevante e que seria difícil em outra época”, destaca Bernardo Queiroz, professor de Documentário da Anhembi Morumbi. ●

documentário no curso de medicina e a reflexão sobre temas éticos associados ao aborto. Revista Bioética, [S. 4], v. 26, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bioet/a/BdfvLM5gbjPMKMTfRg-WPCjw/abstract/?lang=pt&format=html#>. Acesso em: 10 fev. 2024.

NAPOLITANO, Marcos. Como usar o cinema na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2003.

NICHOLS, Bill. Introdução ao documentário. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

RAMOS, Fernao Pessoa. Mas afinal... o que é mesmo documentário? São Paulo: Senac/SP, 2008.

REIS, Erisnaldo Francisco; STROHSCHOEN, Andreia Aparecida Guimarães. Filmes na sala de aula como estratégia pedagógica para aprendizagem ativa. Revista Educação Pública. p. 1-5. 2018. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/15/filmes-na-sala-de-aula-como-estrategia-pedaggica-para-aprendizagem-ativa>. Acesso em: 24 jan. 2024.

SERRANO, Jonathas; VEN NCIO FILHO, Francisco. Cinema e Educação. São Paulo; Cayeiras; Rio de Janeiro: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1931.

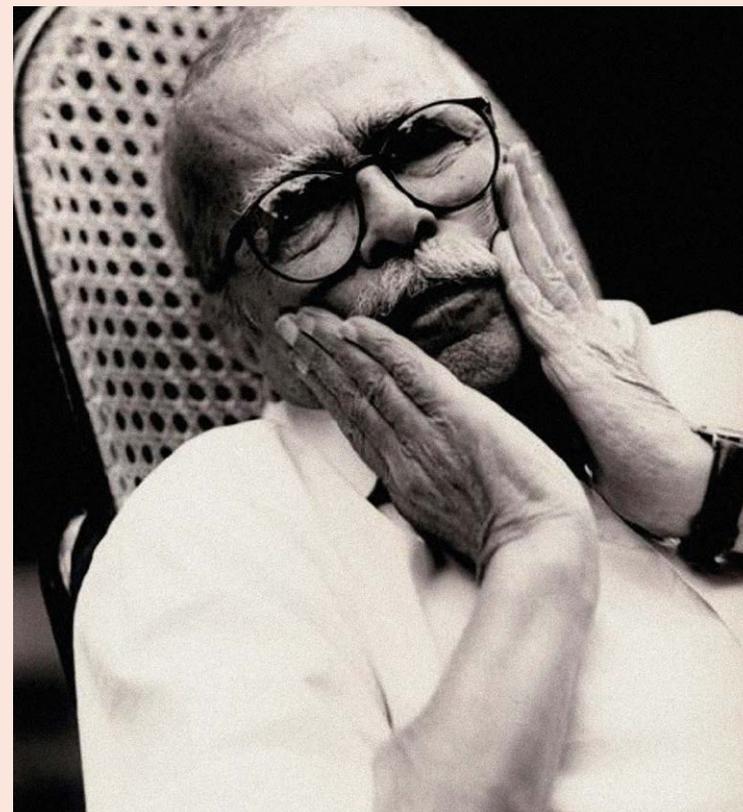
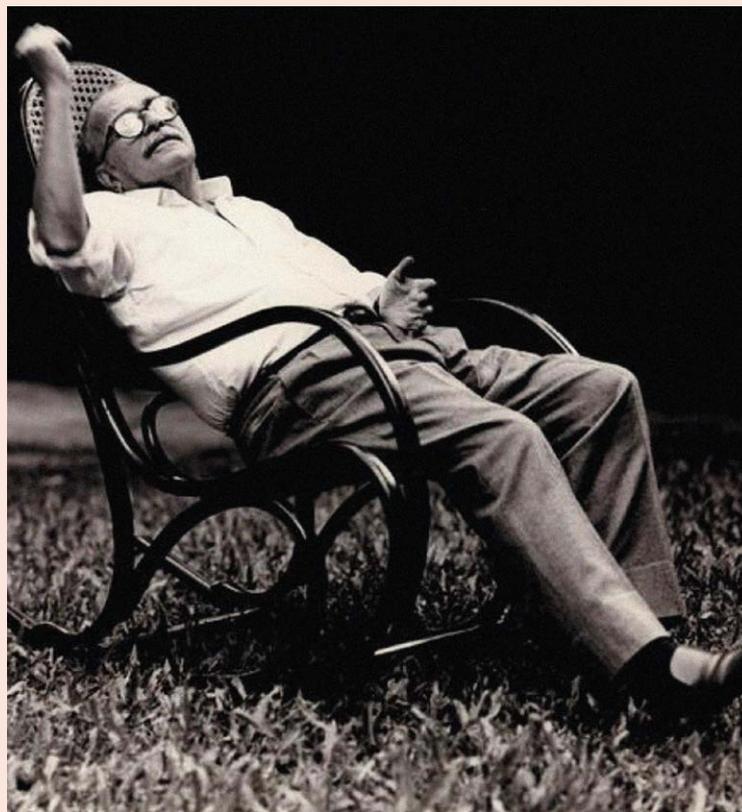
VIEIRA, João Luiz. As Vanguardas Históricas: Eisenstein, Vertov e o construtivismo cinematográfico. In: BENTES, Ivana. Ecos do Cinema: de Lumière ao digital. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.

Leitura ampliada:

Cinema & educação, Rosália Duarte, editora Autêntica, 2002.

Aprender com as experiências do cinema: desaprender com as imagens na educação, Adriana Fresquet, editora Booklink, 2009.

Como usar o cinema na sala de aula, Marcos Napolitano, editora Contexto, 2003.



O Brasil de DARCY RIBEIRO: Educação é a revolução

IBERÊ MORENO

FOTOS © ACERVO/FUNDAR

Em nosso país, atuar na política e trazer resultados reais para o povo é uma subversão, e por isso é sempre importante o alerta antes de se pensar a memória de alguém tão subversivo quanto Darcy Ribeiro. A história e a memória são operações muito próximas, mas com grandes diferenças. Como refletia José Murilo de Carvalho, um dos maiores historiadores políticos do Brasil, a memória ainda está viva, ou seja, ainda mobiliza a sociedade. Nesse sentido podemos ampliar ainda mais a reflexão e dizer que a luta pela educação libertadora e soberana é a atual encarnação darciniana.

A busca aqui é por uma Memória sobre Darcy Ribeiro, uma construção viva e sobre a atual vivência que é mobilizada por essa figura da Educação Brasileira. Compreender como Darcy Ribeiro apontava o papel da educação no Brasil de seu presente, para o Brasil potência e pelo Brasil Soberano. O pensador repetia inúmeras vezes a frase “A crise da educação do Brasil não é uma crise, é um projeto”, porque sabia que uma nação com tamanho potencial, como a nossa, vivia (e ainda vive) um atraso. Nossa elite segue olhando para o Brasil como fonte de exploração para exportar, nunca um país. Essa foi uma das angústias que alimentou a força de ação de Darcy e o moveu a fazer tudo que fez.

A coletividade de um pensamento brasileiro só pôde ser corporificada em uma figura tão excêntrica quanto Darcy Ribeiro. Seu rosto era uma caricatura viva, um meio de expressar cada uma e todas as emoções, capacidade que aprendeu em seus anos atuando como indigenista. Trouxe sua paixão e essa compreensão entre razão e espírito para sua epistemologia, foi assim um precursor do pensamento decolonial brasileiro, projetando a modernidade a partir daqui. Reivindicou que construíssemos o pensamento brasileiro a partir da experiência brasileira, uma epistemologia fruto do “moinho de gastar gente” que é o Brasil, parafraseando o próprio pensador.

Desde seus 35 anos Darcy Ribeiro já se consolidava como figura pública, e até o final da sua vida, aos 74 anos, se manteve ativo nos debates, sendo recorrente personagem de charges nesses 39 anos de atuação. Na sua juventude era representado pelas grossas sobrancelhas e pelos cabelos cheios. Em um segundo tempo, já com seus cabelos bagunçados e ralos, carregava agora seus óculos fundos, de anos enfiado na leitura. Já no final de sua vida, em sua última grande batalha contra o câncer, já careca, era sempre representado como alguém empolgado. Estas transcrições aqui postas mostram, por si só, como o próprio corpo e os cabelos foram apontando as mudanças. Se nas caricaturas mostram todas essas transformações, seu caráter e seu carisma nunca tiveram um rumo diferente que não fosse o bem do Brasil.

Escrever uma memória sobre esse pensador de maneira profunda e concisa é desafiador. Por isso reivindico as árvores como referência para este texto, usando de suas quatro partes como guias nesse emaranhado. Nas



ILUSTRAÇÃO © TONI D'AGOSTINHO

RAÍZES

Para entendermos a construção desse pensador e da sua relação com a educação, é preciso primeiro entender essa figura. Um homem formado por muitos mestres, em todo tipo de “fazimentos”¹, e que vivia um paradoxo entre a empolgação utópica e o fatalismo quixotesco. Foi aprendiz de Marechal Rondon, de Anísio Teixeira e de sua mãe, assim como foi parte da construção do Museu do Índio, do Parque do Xingu, da Universidade de Brasília e das Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. E isso sem listar outros tantos feitos nacionais e internacionais, como sua atuação

junto a Jango (João Goulart) e Salvador Allende.

Definir Darcy Ribeiro é algo tão difícil que nem ele mesmo se permitia isso sem uma grande reflexão filosófica. Em seu discurso “Minhas Peles”, originalmente proferido em 21 de novembro de 1991, quando recebeu título de Doutor Honoris Causa na Universidade de Copenhague, ele se definiu como alguém que, assim como as cobras, teve muitas peles na vida. Antropólogo, Educador, Ministro de Estado, Político e Escritor são algumas das definições pela qual podemos lembrar dessa figura, mas acredito que o título mais interessante e mais fiel seja de tratá-lo como brasileiro apaixonado.

Nascido em Montes Claros, Minas Gerais, em 26 de Outubro de 1922, filho de um pequeno industrial e de uma professora alfabetizadora, teve uma infância muito impactada pela figura materna. Perdeu seu pai aos 3 anos, sendo criado na casa de seus avós maternos. Do lado materno, exemplos femininos fortes como sua mãe e avó, que o ajudam a compreender o matriarcado do interior brasileiro.

Cresceu, portanto, no Brasil do primeiro governo de Getúlio Vargas, atingindo seus 15 anos no mesmo período do Estado Novo no Brasil. Uma resposta nacionalista

raízes tratarei sobre os primeiros passos formativos de Darcy Ribeiro, assim como sua primeira e fundamental atuação enquanto indigenista. No tronco tratarei sobre a transformação que o trabalho com Anísio Teixeira foi na sua vida, assim como a construção das bases do que viriam a ser futuros projetos de Educação. Nos galhos e ramos, tratarei sobre o período de exílio, suas lutas no exterior, construindo universidades e assessorando políticos como Salvador Allende. Por fim, nas folhas e frutos, apresentarei sua principal obra e teoria, assim como a importância do seu legado.

Assim como a seiva alimenta todas as partes da árvore, é importante saber que em todo o texto serão apontadas conexões com a formação do pensamento de Darcy Ribeiro. E por mais que a vontade seja de construir uma genealogia do pensamento darciniano, o que sei que alcançarei, no máximo, é uma xilogravura dos veios dessa mesma árvore. Por isso reforço que a preocupação é encontrar muito mais o que traz o pensamento para o nosso tempo, e como isso pode nos ajudar a pensar e projetar um futuro para e na educação, do que delimitar e definir todo potencial que foi esse pensador da educação brasileira.

aos desequilíbrios internacionais. Um momento da política global que é tão tenso e inacreditável quanto a atual escalada da extrema direita neste brevíssimo século XXI. Vivia-se ali um momento histórico de disputas por poder entre figuras como Hitler, Mussolini, Roosevelt, Lenin, Churchill, Mao Tse-tung e tantos outros. Em um debate sobre quais ideologias aplicar e em defesa de qual política lutar.

Mais do que o atual retrato de mera defesa de uma democracia liberal burguesa, a construção do cenário anterior e o decurso da Segunda Guerra Mundial são sintomas políticos da crise liberal deflagrada desde 1929, com a Quebra da Bolsa de Nova Iorque. O Liberalismo construído com o sangue do tráfico humano desde o século XVI até o XIX se reconfigurava, e nessa brecha da hegemonia da ideologia liberal que diversos questionamentos, de diversos gêneros, se apresentam.

Algumas configurações políticas e ideológicas surgiram apenas no campo teórico e outras foram aplicadas conforme a realidade se impôs. No caso brasileiro, Getúlio Vargas era ao mesmo tempo uma ruptura com o modelo monopolista do poder, centrado nos cafeicultores, e uma repactuação entre as classes, camponesas, operárias, pequeno burguesas, empresariais etc. Não é por acaso que Franklin Delano Roosevelt visitou o Brasil e desenvolveu grande interesse pelo nosso país sob a tutela de Vargas, sendo inclusive essa a inspiração para o New Deal estadunidense.

É nesse contexto intenso e de início da Guerra, em 1939, que Darcy Ribeiro ingressa em Medicina, mudando-se para Belo Horizonte; um ponto de virada em sua vida. Nesta nova cidade passa também a frequentar seu lado paterno da família, quando ingressa na biblioteca de seu tio e descobre a literatura. Além das mitologias gregas e romanas, conhece mais sobre a filosofia e o pensamento político. (É) nesse momento que ele se filia ao Partido Comunista do Brasil.

O período histórico nacional e global clamava por atitudes imperativas. O próprio Darcy Ribeiro afirmou em entrevistas que “Só há duas opções nesta vida: se resignar ou se indignar. E eu não vou me resignar nunca.”, ou seja, era da sua natureza rebelde e apaixonada que vinha o combustível para sua luta. Quanto mais dedicou-se a estudar o Brasil, a arte e a cultura, mais foi compreendendo a imensa complexidade e responsabilidade que ele poderia carregar e construir no mundo. É com essa gravidade que os rumos vão se alterando e reformulando.

Abandona os estudos da medicina em 1943 pois, como ele mesmo afirmava, “se interessava mais em literatura”. O retorno para Montes Claros acaba sendo um trampolim para outros percursos. É nessa encruzilhada de um Brasil sob o regime do Estado Novo (1937-1945) que Darcy constrói sua primeira identidade intelectual. Em 1944 ingressa na Escola de Sociologia e Política de São Paulo e gradua-se, em 1946, com especialização em Etnologia.

Essa escola, a atual Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), contou com passagens de diversas figuras históricas brasileiras como Boris Kossoy, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Sérgio Buarque de Hollanda, além de tantas outras e outros. Mais do que uma construção intelectual, o espaço foi de articulação dessas descobertas, propulsando mais do que a produção de conhecimento, a ação frente a realidade para a transformação.

1. O termo fazimentos é usado por Darcy Ribeiro para representar a complexidade de certos conhecimentos, que são teoria e prática em si mesmo, transformando tanto o entorno quanto quem pratica, e por isso transitam na sociedade através das práticas populares e de outros conhecimentos ancestrais e tradicionais. Para ele, portanto, se empoderar de um conhecimento e praticar em defesa dos valores coletivos nacionais é também o próprio fazimento.

Esse dado sobre o espaço de formação é importante para compreendermos a fermentação intelectual pela qual Darcy Ribeiro se alimentou. Mais do que apenas uma graduação cumprindo uma formalidade, ali criou-se um compromisso com a realidade e com o país. São fundamentadas ali as compreensões mais profundas sobre nossa identidade, nossas construções e nossos problemas estruturais.

Esse percurso, que o afastou da vida político partidária, foi uma das maiores marcas de sua formação. No ano seguinte à formatura, ao ingressar no Serviço de Proteção ao Índio, conhece seu primeiro mentor intelectual, o Marechal Cândido Mariano Rondon, que o ensina um modo brasileiro de lidar com a questão indígena, regido por uma racionalidade passional única.

RONDON

Cândido Mariano da Silva Rondon, conhecido como Marechal Rondon, é uma figura brasileira que precisa ainda de maior atenção de todos e todas que trabalham com educação e com a questão indígena. Responsável pelas Comissões Telegráficas, entre 1890 e 1910, dedicou 30 anos da sua vida a mapear nosso país e integrar nosso território e povos. Essa experiência o colocou em contato com muitos indígenas de diferentes grupos e fez com que em 1910 ele fundasse o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que mais tarde seria transformado na Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Seu modo de atuação frente aos povos indígenas foi, e ainda é, revolucionário. Enquanto na maior parte do nosso continente a política indigenista estava focada no extermínio dos povos, o caminho de Rondon foi o do respeito mútuo e aproximação. Esse modelo de atuação foi tão marcante que o presidente dos EUA, Theodore Roosevelt, notório conhecedor da história do desbravamento estadunidense e da construção da identidade do caubói, veio ao Brasil em 1913 exatamente para aprender com o Marechal essa leitura oposta a que ele sempre estudou.

Em seu período de trabalho no SPI, Darcy Ribeiro teve forte atuação, principalmente nas comunidades dos cadiúeus, no sul do Mato Grosso, e dos urubu-caapor, na floresta amazônica. É nessa interação que desenvolve, aprofunda e reconhece a interconexão entre o modo de vida e a natureza, apontando o avanço de bioengenharia e de profundos saberes filosóficos como centrais na consolidação desses povos indígenas.

O fazimento é uma epistemologia própria que o pensador vai aprender com essa ancestralidade e aplicar nas suas reflexões e ações. Faz-se o pensamento e o pensador, transformando toda compreensão teórica em um imperativo prático; não há, portanto, dissociação entre razão, emoção e ação. Trata-se de uma subversão das expectativas formais e euro centradas em ações, proposições e questionamentos, em nome da identidade e da soberania brasileira.

Podemos inferir que muito do amor que Darcy Ribeiro tinha pelo Brasil nasce nesse momento indigenista da sua vida. O Marechal Rondon foi uma figura ímpar, que ao contrário do que militares de outros países pregavam quanto à questão indígena, não via ali um conjunto de selvagens, mas sim civilizações próprias e que tinham muito a ensinar. O aprendiz herdou esse olhar de seu mestre e sem dúvida com isso passou a entender o Brasil de uma maneira muito mais delicada e generosa. Essa primeira fase de sua atuação, com especial atenção na causa indígena, ainda se prolonga até 1957, participando da formulação do Parque do Xingu além de atuante pesquisador internacional e fundador de programas de pós-graduação em antropologia.

É em meio a todo esse processo pessoal que um fato nacional vai mudar sua percepção de realidade. Em 1954 Getúlio Vargas se suicida, realizando um sacrifício em nome de seu projeto político. A narrativa de um estadista que saía da vida para entrar na história enquanto mártir fez com que a percepção de Darcy Ribeiro sobre o trabalhismo passasse a ser outra, convertendo-se em defensor e ideólogo desse grupo político.



Darcy Ribeiro durante expedição em aldeia Kadiwéu

TRONCO

Logo após a eleição do governo de Juscelino Kubitschek, o professor Darcy Ribeiro é convidado a participar da elaboração das diretrizes educacionais do novo governo. Em 1957, na gestão de Anísio Teixeira no Ministério da Educação e Cultura, Darcy assume a direção da Divisão de Estudos Sociais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), onde organizou e publicou a Revista de Educação e Ciências Sociais. Foi um dos articuladores ativos na campanha em defesa da escola pública, durante a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação

ANÍSIO TEIXEIRA

O pedagogo baiano Anísio Teixeira foi um dos principais nomes na defesa da escola pública brasileira. Conforme já foi discutido na edição anterior, seu papel na nossa história é crucial, sendo ele um dos tradutores de John Dewey, se tornou um dos principais defensores da Escola

Nova no Brasil. Centrou sua atuação na estruturação da Escola Pública, entendendo-a como instrumento de construção da Democracia e da identidade de um povo.

Anísio dedicou sua vida à Educação, e assim como tantas outras grandes figuras do período, compôs o que hoje é entendido como a fundação da educação brasileira moderna. Durante a ditadura foi perseguido e morto apenas por defender a superação do atraso brasileiro. Para se aprofundar na história dessa figura, leia a edição nº1 da Revista GIZ.

É muito marcante que a figura de destaque nesta segunda edição da Giz seja justamente Darcy Ribeiro, um amigo-aluno de Anísio Teixeira. Mesmo que não haja uma intenção cronológica, há nessa sequência uma preocupação com a formação da Educação Brasileira. São figuras que mais do que criar teorias sobre nossa realidade, efetivaram mudanças fundantes no nosso país.

Muito das concepções de gestão da educação que

Darcy adotou são frutos desses fazimentos, e por isso é complicado desvincular essas figuras da própria compreensão do que temos hoje sobre educação. Mesmo muito sucateadas, as estruturas do Ensino Público ainda se sustentam graças a muitos desses esforços. Foram construções pensadas para um desenvolvimento de uma nação, e não apenas um crescimento econômico. Já estava ali a semente de uma das maiores ações de Darcy, os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), que só dariam frutos após os anos de obscurantismo da Ditadura Civil Militar Brasileira.

Essa vivência o encaminhou para planejar, em 1959, durante ainda o governo de Juscelino Kubitschek, a montagem da Universidade de Brasília. Um projeto que já se baseava em visões que só hoje ganham destaque, como a Interdisciplinaridade e a integração com a Sociedade. Contou com a participação de diversos cientistas de vanguarda que faziam parte da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Inaugurada em 1961, e tendo Darcy Ribeiro como seu primeiro reitor, a UNB nasce com uma missão maior do que ser uma universidade, mas também para ser uma ponta de lança no desenvolvimento da política e do país.

Por mais que esta última década do século XXI tenha passado por grandes abandonos da educação, dilapidando muito das estruturas e instituições educacionais, a ciência brasileira ainda sobrevive, graças principalmente ao modo como nossas universidades foram construídas.

Esses passos foram firmes e propulsores, não só de uma trajetória acadêmica, mas também a solidificação da figura de Darcy como um excelente político. Por isso, em 1962, sob o regime parlamentarista, João Goulart chama o educador mineiro para ser seu Ministro da Educação e Cultura. Como é característico de sua verve, Darcy foi o único ministro a garantir a aplicação de 12% da receita da União no aperfeiçoamento e desenvolvimento do ensino. Ainda no cargo foi responsável pela criação do Fundo Nacional de Ensino.

Uma das frases que se tornou um jargão darciniano é justamente a que diz que a crise da educação era um projeto, e por isso ele sabia que a responsabilidade do ministério era imensa. Até porque era (e ainda é) essa a

única alternativa para a construção de um Brasil autônomo e soberano, um país que saia da sombra dos imperialismos e possa exercer sua potência.

Na concepção que o pensador tinha de Brasil, encontrada principalmente em seu livro “O povo brasileiro”, estamos demarcados por um passado e um presente de grande violência contra o nosso próprio povo e de exportação de insumos para o estrangeiro. Primeiro se gastaram os índios para tirar pau brasil; depois sequestraram os negros e gastaram para produzir cana, algodão, tabaco e café; quando se tornou proibida a escravidão, trouxeram europeus e asiáticos para gastar; e quando todo esse povo já estava integrado em nossa terra, passou-se a usar das migrações internas para seguir gastando gente.

O “moinho de gastar gente”² que é o Brasil só poderia (e poderá) ser superado com uma intervenção drástica que rompa esse ciclo, empoderando o povo ao invés de só gastar as pessoas e exportar os lucros. Infelizmente Darcy não chegou a ver a hegemonia neoliberal para poder interpretar o impacto dessa voragem capitalista na sociedade, mas sem dúvida o que vivemos com a extrema direita no poder foi uma continuidade dos mesmos ímpetos imperialistas e exploradores que nos fundaram.

JOÃO GOULART – JANGO

João Belchior Marques Goulart, conhecido como Jango, foi um dos principais líderes do Trabalhismo no Brasil. Foi ministro do trabalho no segundo governo de Getúlio Vargas e um dos principais articuladores entre o operariado e o Estado. Foi preparado por seu mentor para ser o herdeiro da linhagem política, e mais, que levasse a ideologia sempre mais para o interesse das trabalhadoras e trabalhadores.

2. Darcy Ribeiro usa a expressão “gastar gente” para se referir a extrema exploração na qual as pessoas são submetidas durante seus trabalhos, sejam escravizados ou não, chegando à total exaustão. Por isso a ideia de gastar, uma vez que ao final dos anos de trabalho e dedicação a pessoa não tem mais forças e apenas está em um estado de sobrevivência.

É importante destacar que o Golpe Civil-Militar de 1964 foi justamente contra essa esquerda. Na retórica, os militares atacavam o comunismo, mas mesmo os comunistas abandonaram a base de apoio de Jango. A verdadeira motivação que podemos apontar está mais ligada aos efeitos que as reformas de base trariam, acabando com boa parte dos privilégios dessa elite que regia (e ainda rege) o Brasil.

Com as conquistas políticas de Jango e o retorno ao presidencialismo, em 1963, Darcy passa a ocupar o cargo de Ministro-Chefe da Casa Civil, auxiliando o presidente nas suas principais medidas e reformas. Foi um dos principais contribuintes nas proposições e estruturas das reformas de base, algo que até o final da vida Darcy carregava como missão. Infelizmente o processo político devorou a utopia de um Brasil para os Brasileiros.

Junto com outras figuras como Leonel Brizola, Darcy tentou mobilizar e resistir ao golpe. O educador mi-

neiro foi um dos últimos a sair do palácio de governo em Brasília, não fosse sua total inabilidade e repúdio às armas de fogo, ele mesmo afirmava que teria resistido. Esse desconhecimento acabou sendo importante para que Darcy alçasse voos ainda maiores e se tornasse tudo que se tornou.

GALHOS E RAMOS

No exílio, ele passa a atuar em diversos países na construção e reforma de universidades. Como ele mesmo afirma em seu discurso “minhas peles”:

“Propus reformas para a Universidade da República do Uruguai, para a Universidade Central da Venezuela e para o sistema universitário peruano. Ajudei a reestruturação da Universidade de Argel, elaborei o projeto básico de implantação da Universidade Nacional da Costa Rica e propus, para a Universidade Nacional Autônoma do México, uma Faculdade de Educação e Comunicação”.



Todo esse processo ainda frutificou no aprofundamento do seu conhecimento sobre universidades, levando anos à frente, já em 1969, à escrita e publicação do livro “A Universidade Necessária”, no qual o autor busca identificar as características de uma universidade que seja para o desenvolvimento nacional, e não apenas para a formação de elites. Para ele, a possibilidade de trabalhar em tantos países e projetos aumentou a sua capacidade de entender as raízes e sentidos do próprio Brasil. O Exílio, que é doloroso e um martírio, foi uma escola para pensar o Brasil de outros pontos de vista.

Tanto que é nesse período que inicia sua empreitada em entender o Brasil. Como ele mesmo afirmaria no programa Roda Viva em 1995: “O Povo Brasileiro tem 30 anos e 40 dias. Durante 30 anos eu quis escrever esse livro. Tomei nota, estudei... Porque a minha convicção quando eu comecei a fazer no exílio [esse livro], eu queria saber por que o Brasil não deu certo. Por que perdemos? Por que mais uma vez a direita ganhou? Por que o Brasil não deu certo, do ponto de vista do seu povo?”

O compromisso de ter uma teoria que explicasse o Brasil perdurou por 30 anos. Tanto que o tomo final é sua última obra, e que foi escrita já em meio a seus tratamentos contra o câncer. É importante assumir esse compromisso nos atos de Darcy Ribeiro para podermos compreender que, mais do que produzir uma teoria, o desejo dele era produzir uma intelectualidade sensível a sua realidade,

“Eu queria saber por que o Brasil não deu certo. Por que perdemos? Por que mais uma vez a direita ganhou? Por que o Brasil não deu certo, do ponto de vista do seu povo?”

DARCY RIBEIRO

que dialogasse com os verdadeiros empecilhos para que suas nações pudessem exercer todo seu potencial.

Além da sua atuação acadêmica, Darcy teve um papel importante no cenário sul-americano, uma vez que foi assessor direto de Salvador Allende, presidente do Chile entre 1970 e 1973, que implementava um governo de ruptura, e nesse caso de alinhamento direto com o Socialismo Democrático. Um dos pioneiros na aplicação de uma ideia latino-americana de socialismo, foi assim um dos alvos de maior repressão por parte dos estadunidenses.

A experiência de Darcy com Allende foi curta, de 1971 a 1972, porém fundamental para que houvesse uma compreensão mais ampla dos males perpetrados em nosso continente. Esse jugo que os EUA impuseram

ao continente durante a Guerra Fria foi na verdade um combustível para que Darcy compreendesse mais a fundo a necessidade da soberania nacional, e por isso a necessidade de se superar as mazelas principais.

SALVADOR ALLENDE

Principal figura do Socialismo Democrático Sul-americano, o médico e político Salvador Guillermo Allende Gossens teve uma origem privilegiada, mas ao longo de sua formação, tendo passado pelas estruturas militares, acaba adotando a leitura marxista da realidade. Com o avançar de sua atuação, primeiro como

fundador do Partido Socialista do Chile e depois como Ministro da Saúde (1939-1942), Allende consolida uma postura aglutinadora única, conseguindo criar uma profunda relação com os movimentos sociais.

Depois de três tentativas de ser eleito presidente, assume o cargo em 4 de Novembro de 1970, engajando o país em uma série de reformas como nacionalização de áreas chaves da economia chilena, aceleração da reforma agrária e aumentos salariais reais. A “via chilena para o Socialismo”, como nomearam no período, carregava fortes semelhanças com a tentativa de Jango no Brasil, somando ainda uma forte conexão com diversos países socialistas. Esse é exatamente o cenário para que Richard Nixon financie e envie tropas para um golpe militar, no dia 11 de Setembro de 1973.

A partir de 1974, Darcy passa a enfrentar o câncer. Neste primeiro momento, retornando ao Brasil por apenas 6 meses para realizar os tratamentos necessários e se reestabelecer. Após o tratamento retornou ao exílio, sendo apenas em 1976 que ele poderá de fato retornar ao Brasil, mesmo ainda tendo sua liberdade política tolhida e com forte perseguição.

Sua reintegração na vida pública, tanto política quanto intelectual, vai então acompanhar os processos de reabertura, que se iniciavam no governo de Ernesto Geisel. Com os aumentos de liberdade, pode retomar suas articulações, permitindo que já houvesse uma estrutura para a retomada do Trabalhismo, principalmente em apoio de Leonel Brizola. Porém, justamente sendo esse o movimento derrubado pelos militares em 1964, foi realizada uma manobra que sabotou o processo político. A antiga sigla, Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fundada em 1945, é cedida para uma sobrinha neta de Getúlio Vargas, que era alinhada aos militares³.

FOLHAS E FRUTOS

No processo de redemocratização do Brasil, e como parte da ebulição social que era vivida, Darcy Ribeiro foi peça fundamental para que fosse realizado em Lisboa o Encontro dos Trabalhistas do Brasil com os Trabalhistas

no Exílio, em 1979, e depois na consolidação do Partido Democrático Trabalhista (PDT), em 1980. E esse compromisso partidário irá ser um de seus principais ramos de frutificação, pois é graças a essa vinculação que ele pôde contribuir ainda mais na educação brasileira, agora como quadro eleitoral.

Mesmo mantendo forte atuação internacional, inclusive sendo voz ativa na questão indígena globalmente, seu envolvimento partidário culmina em 1982, quando é eleito vice-governador do Rio de Janeiro, acumulando ainda o cargo de secretário estadual de Ciência e Cultura, por onde pôde coordenar o Programa Especial de Educação, que tinha como meta a implementação de centros integrados de Educação Pública (CIEPs).

Um outro texto inteiro precisaria ser escrito para garantir todos os detalhes necessários para cobrir toda a potência e efeitos que os CIEPs foram, seja na sua concepção inovadora, seja na sua implementação avassaladora, seja com seus resultados comprovados. Ainda não há no Brasil uma proposta mais clara de ruptura com a subserviência ao capital, tanto que em seu terceiro mandato o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu desculpas para Darcy e Brizola por ter tardado para reconhecer a importância da educação integral de tempo integral como saída para um desenvolvimento nacional.

Em uma mesma estrutura estavam presentes todas as condições necessárias para que uma criança pudesse se desenvolver em plenitude. Esse é um possível resumo do que eram esses centros que contavam com salas de aulas bem ventiladas e estruturadas, quadras esportivas, piscinas, teatros e auditórios. Assim como anos depois os CEUs paulistanos mudaram a compreensão da educação

3. “Sobrinha de Getúlio Vargas, a ex-deputada Ivete Vargas faria do novo PTB uma linha auxiliar de do PDS (ex-Arena), em troca de cargos no governo do general presidente João Baptista Figueiredo. Numa evidência de que o PTB de Ivete não era mesmo o sucessor histórico da legenda de Getúlio e Jango, o novo partido recebeu a filiação do ex-presidente Jânio Quadros, que havia sido eleito presidente em 1961 contra a coligação PSD-PTB.” Retirado do Memorial da Democracia.

na cidade, os CIEPs até hoje são uma experiência de como proporcionar para a criança as condições plenas, que contam com três refeições diárias, espaço adequado para estudo com apoio de professores, atividades culturais e esportivas pensadas em conjunto com o ensino formal. Uma integralidade como sonhava Anísio Teixeira.

Ainda no mesmo âmbito, outro feito de relevância foi a construção do Sambódromo. Ao mesmo tempo que se criava uma estrutura vanguardista para “o maior espetáculo da terra”, o carnaval, estavam sendo erigidas salas de aula para que durante todo o ano houvesse uma ocupação plena do espaço. Um templo para a cultura popular que reverbera sua missão de celebrar o povo brasileiro até hoje, principalmente quando as escolas levam para a avenida as denúncias contra as opressões, mantendo a raiz subversiva do carnaval viva.

Na busca de desenvolver ainda mais o projeto dos CIEPs e de alavancar esse projeto político ideológico para uma nova escala, em 1986 Darcy Ribeiro lança sua candidatura para Governador, apoiando então Leonel Brizola para presidente. Mesmo com o insucesso nesse projeto, entre 1987 e 1990, ele atuará em diversos governos brasileiros, principalmente defendendo a expansão de seu sonho educacional.

Eleito senador em 1990, Darcy Ribeiro vai dedicar-se então ao desenvolvimento da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Sendo esse seu principal projeto e bandeira, reafirma assim sua posição enquanto educador e ator político único na defesa da educação, mantendo sua luta até a aprovação em 1996, o que fez com que a Lei ganhasse também o nome de Lei Darcy Ribeiro.

Junto com seu trabalho no legislativo ele ainda manteve um apoio constante a Leonel Brizola na construção dos CIEPs, assumindo a secretaria estadual de Projetos Especiais de Educação do governo fluminense.

Em meio às turbulências finais do Governo de Fernando Collor (1990 – 1992), Darcy Ribeiro foi um de seus maiores críticos, apontando principalmente a questão das privatizações como uma afronta à soberania nacional, atuando diretamente no processo de impeachment. Seu papel na política ainda vai aprofundar com sua luta pela LDB.

Em dezembro de 1994, após ter participado do processo eleitoral como candidato a Vice Presidente ao lado de Leonel Brizola, Darcy é diagnosticado com um novo câncer. Internado na UTI, o pensador foge para sua casa em Maricá, contrariando as recomendações médicas, para finalizar sua obra “O povo brasileiro”. Em 30 dias ele coloca no papel o fechamento final de sua teoria e os ditames para se construir a potência desejada. Em fevereiro de 1995, retorna suas atividades no Senado, onde vai continuar sua luta pela LDB, sendo ovacionado pelo ministro Paulo Renato de Sousa em 1996, quando a nova lei foi finalmente aprovada e promulgada.

Mesmo buscando os melhores caminhos, em 1997, Darcy Ribeiro morre. Deixou uma legião de seguidores e defensores à deriva, não por falta de trabalho, mas pelo tanto que ainda poderia ter feito. Inspira qualquer ativista da educação a se mobilizar: afinal ele lutou sempre em nome de seus ideais, de um Brasil soberano e potência.

A memória que mobiliza nosso presente, que faz com que Darcy mais do que uma figura alcance o patamar de força guia, é crucial em momentos de fortalecimento da direita. Cabe a cada professora e professor comprometer-se com a defesa da democracia e da educação soberana, pois assim iremos superar o grande projeto que atrasa o Brasil. •

Bibliografia:

CPDOC. Darcy Ribeiro. In: CPDOC. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Fgv, 2024. p. verbete. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ribeiro-darci>. Acesso em: 04 mar. 2024.

PINHEIRO, Wendel. Um Tempo Bem Melhor para Se Viver. Gramma, 2021.

RIBEIRO, Darcy. Minhas peles. _____. O Brasil como problema. Rio de Janeiro: Fundar; Brasília: Edunb, p. 68-82, 2010.

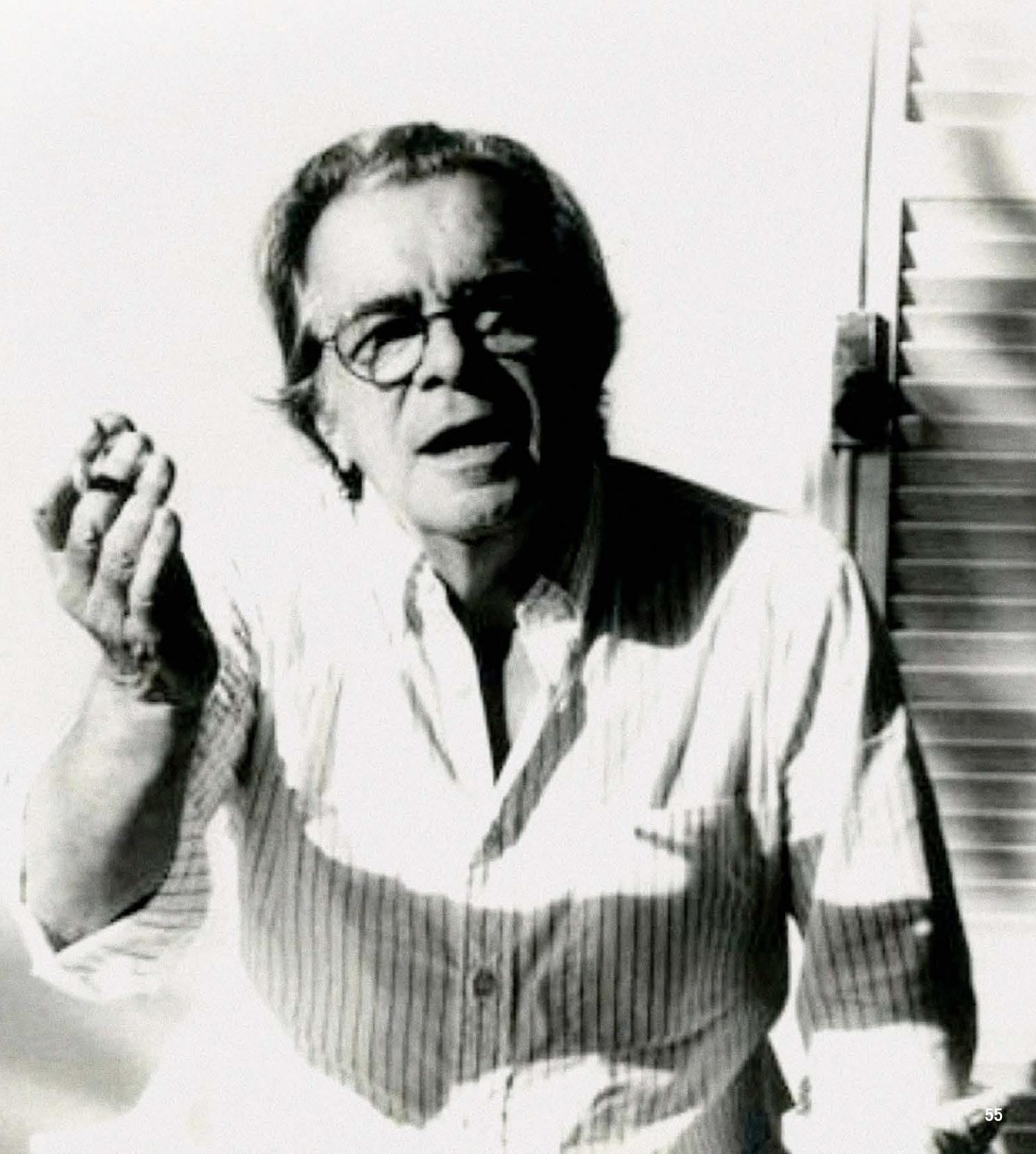
RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

Leitura ampliada:

Um tempo bem melhor para se viver, Wendel Pinheiro, editora Gramma, 2021.

Utopia selvagem, Darcy Ribeiro, Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

A universidade necessária, Darcy Ribeiro, editora Paz e Terra, 1969.



–mural

O que a Revolução dos Cravos nos ensina hoje

Leitura ampliada:

Não deixe de ler o artigo de Valerio Arcary, publicado em 25 de abril de 2023 em Outras Palavras. Disponível em: <https://outraspalavras.net/historia-e-memoria/o-que-a-revolucao-dos-cravos-nos-ensina-hoje/>.



Sérgio Guimarães. "Revolução dos Cravos". Portugal, 1974.

Publique na revista GIZ

Aqui você encontra o manual com o passo a passo para compartilhar seu artigo sobre temas relevantes às professoras e aos professores

As submissões devem ser feitas exclusivamente através do e-mail revistagiz@sinprosp.org.br, nos padrões e diretrizes indicados abaixo. É preciso incluir um endereço de e-mail e um contato telefônico válido para retorno.

Além disso, as submissões que não estiverem de acordo com as especificidades serão devolvidas aos autores para os ajustes necessários:

Diretrizes para autores

- » A contribuição deve ser original e inédita, e não pode estar sendo avaliada para publicação por outra revista ou mídia; caso contrário, deve-se justificar em “Comentários ao editor”;
- » Todos os autores são responsáveis pela veracidade e idoneidade do trabalho;
- » O artigo deve representar uma contribuição relevante para o tema abordado, devendo apresentar referencial teórico consistente, argumentação clara e explícita e correção de linguagem. A correção linguística do texto é de responsabilidade do autor;
- » Os autores declaram não infringir as normas de

conduta ética da produção e publicação do conhecimento;

- » Os artigos devem conter um título que corresponda à ideia geral do trabalho, não devendo exceder a 80 caracteres;
- » A avaliação dos artigos respeitará a observação dos seguintes aspectos: adequação do artigo ao tema proposto por ele (com esclarecimento sobre seu objetivo, temática e, quando houver, procedimento metodológico e resultados); consistência teórico-metodológica (com relação aos conceitos, à densidade analítica e ideias conclusivas); relevância (com relação às frentes temáticas da GIZ); originalidade do trabalho; adequação à norma padrão da língua e à conduta ética;

Condições para submissão

- » Só são aceitos textos em língua portuguesa;
- » Trabalhos apresentados em congressos serão aceitos desde que incorporem sugestões e melhorias discutidas e apresentadas no evento, o que deve ser informado em “Comentários ao editor”;

- » No momento da submissão, é preciso preencher as informações de cada um dos autores, que incluem: nome completo; nome para publicação (social ou versão reduzida de preferência); mini biografia de no máximo 200 caracteres com espaço; link doattes ou de outras referências de trabalhos (como livros e textos publicados, por exemplo), quando houver;
- » O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word ou Google Documentos, adotando as normas ABNT para artigos técnico-científicos;
- » URLs para as referências devem ser informadas quando necessário;
- » A identificação de autoria deve ser informada no manuscrito e a equipe editorial garantirá o sigilo da avaliação cega pelos pares, ao retirar as informações antes de encaminhar aos avaliadores;
- » Cada artigo poderá ter no máximo três autores; Um autor não poderá ter mais de um artigo em processo de avaliação;
- » Os artigos devem conter entre 30 e 50 mil caracteres com espaço, incluindo notas e referências;
- » Os autores devem indicar três leituras ampliadas ao final dos artigos, com sugestões de aprofundamento para os leitores sobre o tema abordado.

Padrão de formatação do artigo

- » Espaçamento entre linhas de 1,5;
- » Fonte no tamanho 12 e Times New Roman;
- » Itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL);
- » A4, retrato;
- » Margens superior e esquerda 3 cm, margens inferior e direita 2 cm. As citações textuais diretas devem estar com recuo de 4cm, espaçamento simples e tamanho 10;

- » As figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos;
- » Texto justificado, exceto as referências, que são alinhadas à margem esquerda, com espaçamento simples e um espaço simples entre elas;
- » As tabelas, gráficos, fotografias e demais ilustrações deverão ser enviadas em alta qualidade e em formato editável. Devem ser numeradas, consecutivamente, na ordem incluída no texto e encabeçadas pelo título, e conter legendas sobre sua fonte/origem e outras informações necessárias para interpretação dela;
- » Notas de rodapé, quando existirem, devem ser breves e numeradas sequencialmente.
- » A lista de referências deve obedecer às normas da ABNT;
- » Para a lista de referências, seguem alguns exemplos:

Livro

SOBRENOME, Nome Abreviado. Título: subtítulo (se houver). Edição (se houver). Local de publicação: Editora, data de publicação da obra.

ou

SOBRENOME, Nome Abreviado; SOBRENOME, Nome Abreviado. Título: subtítulo (se houver). Edição (se houver). Local de publicação: Editora, data de publicação da obra.

Artigo online

SOBRENOME, Nome Abreviado. Título: subtítulo (se houver). Nome do site, ano. Disponível em: (link). Acesso em: (data).

Artigo de revista

SOBRENOME, nome abreviado. Título do artigo. Título da Revista, (abreviado ou não) Local de Publicação, Número do Volume, Número do Fascículo, Páginas inicial-final, mês e ano.

Tese

SOBRENOME, nome. Título: subtítulo. Ano de apresentação. Número de folhas ou volumes. (Categoria e área de concentração) – Instituição, Local, ano da defesa.

Matéria de jornal

SOBRENOME, Nome. Título da matéria. Nome do jornal, cidade de publicação, dia, mês e ano. Seção (se houver). Disponível em: <URL>. Acesso em: dia, mês e ano.

Artigo/matéria de site

SOBRENOME, Nome. Título da matéria. Nome do site, ano. Disponível em: <URL>. Acesso em: dia, mês e ano.

Homepage

AUTOR OU ORGANIZAÇÃO. Nome do site, ano. Ementa (descrição). Disponível em: <endereço completo>. Acesso em: dia, mês e ano.

Declaração de Direito Autoral

- » A publicação se reserva o direito de efetuar, nos originais, alterações de ordem normativa, ortográfica e gramatical, com vistas a manter o padrão culto da língua, respeitando, porém, o estilo dos autores;
- » As provas finais não serão enviadas aos autores;
- » Os originais não serão devolvidos aos autores;
- » Os autores mantêm os direitos totais sobre seus trabalhos publicados na Revista GIZ, ficando sua reimpressão total ou parcial, depósito ou republicação sujeita à indicação de primeira publicação na revista, por meio da licença CC BY-NC-SA 4.0;
- » Deve ser consignada a fonte de publicação original;
- » As opiniões emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade;
- » Cada autor receberá cinco exemplares da revista, caso esteja disponível no formato impresso.

Política de Privacidade

A GIZ segue as normas da LGPD. Os nomes e endereços informados nesta Revista são usados exclusivamente para os serviços prestados por essa publicação e o SinproSP na sua produção e divulgação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.



**REVISTA DO SINDICATO DOS
PROFESSORES DE SÃO PAULO**